

Debate Sindical



A luta pela redução da jornada

ENTREVISTA

"CUT terá uma forte
marca de oposição",
garante João Felício

POLÊMICA

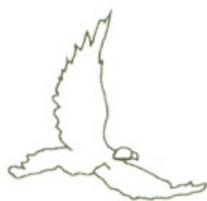
Economia solidária:
Uma alternativa ao
desemprego no país?

DESAFIO

Os sindicatos diante
da informalização do
mercado de trabalho

Vá a Cuba

com a



OPERADORA

Sanchat Tour
La numero 1 en Cuba

ATENÇÃO: SINDICALISTAS, ESTUDANTES E PROFESSORES:

II Encontro Mundial de Amizade e Solidariedade

Local: Havana (Cuba)
De 10 a 14 de novembro de 2000



A partir de
US\$ 915.00

Brigada de Solidariedade a Cuba

De 15 a 28 de janeiro de 2001
Local: Acampamento Internacional "Julio Antonio Mella"
Local: Caimito (Cuba)

Preço por pessoa:

US\$ 1,065.00

(incluído hospedagem em alojamento, pensão completa, transporte e seguro assistencial)

PEDAGOGIA 2001

De 5 a 9 de fevereiro de 2001
Local: Palácio das Convenções de Havana

A partir de:

US\$ 850.00

(Taxa de inscrição: Delegado(a) US\$ 120.00; Acompanhante US\$ 50.00 – as taxas serão pagas no Brasil)



OPERADORA

Sanchat Tour
La numero 1 en Cuba

Obs.: Nos três pacotes acima, não estão incluídos:
Taxa de embarque no Brasil (US\$ 36.00), taxa de embarque em Cuba (US\$ 20.00 – paga no local) e visto cubano (US\$ 15.00)

Rua Sete de Abril, nº 404, 2º andar, conj. 21 e 22
CEP 01044-000, São Paulo - SP
Tel.: (0xx11) 259-6466, Fax: (0xx11) 258-8859
Internet: www.sanchattour.com.br
Correio eletrônico: sanchattour@sanchattour.com.br

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianei Martins

Wagner Gomes

Ilustração da capa:

Rubens Gerchman

Não há vagas/1965

Projeto gráfico:

Caco Bisol

Charges:

Marcio Baraldi

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Edição de fotos:

Maurício Moraes

Revisão:

Josenildo Marques

Fotolito:

Ajato

Impressão e acabamento:

EGB - Editora Gráfica Bernardi Ltda



- 4** **Concut dá novo impulso a maior central do país**
ALTAMIRO BORGES
- 8** **"CUT assumirá forte marca de oposição a FHC"**
ENTREVISTA: JOÃO FELICIO
- 12** **O drama do desemprego na juventude**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 13** **A importância do plebiscito da dívida externa**
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES
- 15** **Economia solidária: alternativa ao desemprego?**
POLÊMICA: REMÍGIO TODESCHINI/JOÃO MACHADO
- 20** **Conjuntura favorável ao avanço da luta sindical**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 21** **O sindicalismo e as eleições municipais**
ALDO REBELO
- 24** **Os limites da discussão sobre o salário mínimo**
CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
- 27** **A luta pela redução da jornada de trabalho**
CLÁUDIO GONZALEZ
- 33** **Os falsos argumentos contra a reforma agrária**
PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO
- 35** **Os sindicatos diante do mercado informal**
ANTONIO PRADO
- 37** **A brutalização no cotidiano do trabalho**
VALQUÍRIA PADILHA
- 39** **Armadilhas das comissões de conciliação prévia**
EMILIO GENNARI
- 41** **Os mitos da "nova economia" capitalista**
OSVALDO BERTOLINO
- 44** **Venda desastrosa das ações da Petrobras**
RICARDO MARANHÃO
- 45** **Causas dos recordes em acidentes do trabalho**
CARLOS APARÍCIO CLEMENTE
- 47** **Os 90 anos da heróica "Revolta da Chibata"**
AUGUSTO BUONICORE
- 49** **Refluxo e mutações do movimento sindical**
ARMANDO BOITO JR.
- 53** **Resenhas de livros**
- 56** **Dicas de filmes e Internet**
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 57** **Carta dos leitores**
- 58** **Ausência do poder público e aumento da violência**
HÉLIO BICUDO

ALTAMIRO BORGES



CUT ganha novo fôlego

O 7º Concut aprova o "Fora FHC" e um plano de lutas avançado, afasta o risco de fraturas internas e dá novo impulso à maior central sindical brasileira

O 7º Congresso Nacional da CUT, realizado de 15 a 19 de agosto em Serra Negra (SP), superou os presságios pessimistas. Precedido de forte tensão, com implosões nos congressos da Bahia, Minas Gerais e Amazonas e denúncias de fraude na tirada de delegados, o Concut chegou a ficar sob risco. Além disso, temas explosivos, como o do "sindicato nacional", proposto por setores da Articulação – corrente majoritária da central –, também prometiam esquentar a temperatura do evento.

No final, predominou o bom senso. As diversas correntes cutistas construíram propostas de acordo para superar os impasses nos Cecuts

citados; surgiram recursos contra as distorções na eleição dos delegados, mas num clima menos belicista; e os temas polêmicos foram tratados com

maturidade, evitando-se a má política do rolo compressor, do hegemonismo estéril. No final, todas as tendências internas, inclusive as mais críticas, concordaram que o 7º Concut representou um avanço!

BOMBA DESATIVADA

Vários fatores contribuíram para evitar o pior. O primeiro, talvez menos palpável, foi o da mudança na conjuntura. A retomada das mobilizações populares e o crescente desgaste de FHC passaram a exigir uma postura mais ativa da CUT. Afinal, ela estava sitiada e perdia visibilidade. De um lado, a Força

Sindical, braço da direita, com a sua ofensiva de marketing; do outro, o MST, com suas ações ousadas, pautando a agenda política pela esquerda. O Concut era decisivo para revigorar a central; e a sua unidade interna era vital para alavancar esta nova fase.

Ciente do enorme desafio, vários atores entraram em cena. Até mesmo dirigentes nacionais do PT, pertencentes a mesma Articulação, intervieram para evitar uma divisão da central, que ofuscaria as expectativas de vitória no pleito de outubro. O próprio Lula alfinetou na abertura do evento. "Não estamos mais com aquele fervor de 1983. Naquele tempo, havia divergências, mas todos tinham o objetivo comum de derrubar a ditadura. Hoje, parece que as divergências estão se tornando um fim em si mesmo. Milhares de trabalhadores lá fora esperam mais combatividade e luta da CUT".

Outro fator que ajudou a desativar a bomba foi a disputa na própria Articulação Sindical (Artsind). Por motivos variados, três candidatos desta força pleitearam a presidência da CUT. A polarização se deu entre João Felício e João

Vaccari. O primeiro, apoiado por Vicentinho, ex-presidente da central, apareceu como candidato da continuidade; já Vaccari propôs um programa mais crítico, pregando maior dinamismo e a democracia interna. Com isso, obteve simpatia de setores da esquerda cutista.

Sem conseguir resolver sua crise antes do congresso, a Artsind realizou plenária durante o próprio evento. Dos seus 1.226 delegados, 66% votaram em Felício, 26% em Vaccari e 8% na psicóloga Mônica Valente. Apesar do resultado, a disputa evidenciou a fragilidade de certas teses defendidas pelo núcleo mais intransigente da Artsind. Além de guindar João Vaccari ao posto de tesoureiro da CUT, serviu para forçar a negociação sobre os temas controversos, como o do "sindicato nacional".

Por último, perpassando todo este processo, teve peso decisivo a postura das correntes da esquerda cutista. Algumas com espírito unitário e outras nem tanto, elas denunciaram a paralisia da CUT, as distorções na construção da maioria e a asfixia das relações democráticas. Apoiando-se nas cisões na Artsind,

OS SEM-ENERGIA

Segundo a última PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE, 9,2 milhões de brasileiros não têm energia elétrica em suas casas. A situação é mais dramática no campo, onde 25,2% da população rural vive às escuras. Com a atual crise na geração de energia, decorrente da falta de investimentos públicos no setor e da sua criminosa privatização, a tendência é que o número dos "sem-energia" no país aumente. O próprio governo já admite o risco de blecautes no próximo ano e até autorizou a importação de energia elétrica da Argentina. É a "modernidade" de FHC!

SANEAMENTO E MORTES

As doenças associadas à falta de saneamento básico matam mais do que os homicídios na Grande São Paulo. Enquanto 10.116 pessoas foram assassinadas na região em 1998, doenças medievais, como a diarreia, vitimaram 10.844 brasileiros. Ou seja: 29 pessoas morrem por dia devido à falta de água encanada, esgoto e coleta de lixo. FHC é o maior culpado pelo genocídio. Os investimentos no setor sofreram brutal redução no seu governo. Em 1999, por exemplo, ele só investiu 9,4% do que estava previsto no Orçamento. Apenas 42,4% dos lares brasileiros têm serviço de coleta de esgoto.

QUINTAL DOS EUA

O governo FHC assinou recentemente um contrato que prevê o lançamento pelos Estados Unidos de seis satélites artificiais por ano na base de Alcântara, uma área a 22 quilômetros de São Luiz (MA). Pelo acordo, a alfândega brasileira não poderá abrir os contêineres lacrados vindos dos EUA e diversas áreas da região ficarão sob controle exclusivo do governo ianque. "É um atestado final de submissão aos EUA", afirma o coronel da reserva Geraldo Cavagnari, pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. "Querem transformar Alcântara numa base militar americana, como foi o canal do Panamá", protesta Domingos Dutra, vice-prefeito de São Luiz.



A nova executiva nacional da CUT, eleita no congresso, tomou posse logo após a apuração dos votos

VIETNÃ COLOMBIANO

A visita de Bill Clinton à Colômbia, no final de agosto, oficializou de vez a intervenção dos EUA na guerra civil do país vizinho. Sob o argumento do “combate ao narcotráfico”, o maior consumidor de drogas do mundo impôs o “Plano Colômbia”, que aplicará US\$ 7,5 bilhões no ataque às forças guerrilheiras. Segundo as FARC-EP, principal organização insurgente do país, os EUA já contam com 2 mil assessores militares em operação. Além disto, financiam os grupos paramilitares, que já assassinaram milhares de camponeses. A ingerência ianque afeta toda a região e representa uma tentativa de “vietnamização” do continente, como denunciou o presidente venezuelano Hugo Chávez.

ARGENTINA NA LAMA

Neoliberalismo não combina com democracia e nem com ética. Para impor uma reforma trabalhista regressiva, o governo de Fernando de la Rúa teria subornado vários parlamentares. O juiz que apura o escândalo, Carlos Liporaci, pediu o fim da imunidade de 67 senadores. Antes do julgamento, três pediram renúncia – entre eles, Eduardo Menem, irmão do ex-presidente da Argentina. Há indícios de que os senadores teriam repartido US\$ 10 milhões para aprovar a reforma, que facilita demissões de trabalhadores. Segundo Hugo Moyano, líder da facção dissidente da CGT, o ministro do Trabalho teria dito que a flexibilização seria aprovada com o uso “do cartão de crédito”.

MISÉRIA NA OCDE

Segundo recente relatório da Unicef, cerca de 47 milhões de crianças dos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) vivem em situação de pobreza. A organização reúne os 29 países mais ricos do mundo – o que indica que a barbárie social não atinge apenas a periferia do capitalismo, mas seu próprio centro. Entre eles, os EUA têm o maior índice de pobreza infantil – 22,4% das crianças vivem em lares com renda inferior à média nacional.

tiveram capacidade para formular propostas unitárias visando dar nova vida à central.

PROPOSTAS AVANÇADAS

Em decorrência destes e de outros ingredientes, o 7º Concut aprovou resoluções que contemplam as várias forças internas. No terreno da tática política, reafirmou a bandeira do “Fora FHC e FMI”, que havia sido relegada na central. Votou-se a emenda da Corrente Sindical Classista (CSC) com um adendo da Artsind, que propõe uma CPI para apurar o envolvimento de FHC no caso Lalau/EJ.

No ponto sobre a estratégia da central, os congressistas rejeitaram o banco de horas, uma forma de jornada flexível imposta pelos empresários em várias bases e que já foi comemorada como “vitória” por lideranças da Artsind. Também decidiram lutar contra flexibilização trabalhista e recusaram qualquer negociação com o governo sobre o artigo 7º da Constituição.

No que se refere à estrutura sindical, as forças costuraram um acordo sobre o inflamável “sindicato nacional”. Setores da Artsind defendiam a filiação das entidades metalúrgicas ao sindicato orgânico do ramo, criado num congresso que só teve a presença desta tendência. O acordo evita este desastre centralizador. A Confederação dos Metalúrgicos (CNM) mantém-se como a instância máxima do ramo.

Por último, também foram dados passos para oxigenar a central, garantindo a sua pluralidade. Um censo será realizado nas entidades filiadas para evitar as distorções na representação interna; será facilitado o retorno à CUT dos sindicatos inadimplentes, com a anistia de 70% das dívidas; e será formada uma comissão para gerir os recursos do FAT, o fundo destinado à formação profissional.

Apesar destes avanços, as tendências da esquerda cutista ainda avaliaram como insuficientes as medidas de democratização da central. A composição da executiva nacional continuaria deformada. Na gestão anterior, mesmo obtendo quase a metade dos votos dos congressistas, elas ficaram apenas com duas das 12 secretarias da CUT; agora, devem ficar com quatro, o que mantém a desproporção.

Na eleição da nova direção da CUT, a Artsind teve 56,9% dos votos, pulando de 17 para 18 cargos; a chapa da Alternativa Sindical Socialista (ASS), Movimento por um Tendência Socialista (MTS), Articulação de Esquerda e outros agrupamentos teve 24,1% dos votos e perdeu dois cargos, caindo de 10 para oito postos; a chapa da Corrente Sindical Classista (CSC), que conseguiu a adesão da tendência Unidade e Luta (PCB), obteve 14,9%, passando de quatro para cinco vagas na executiva; e a chapa liderada pela corrente O Trabalho teve 4% dos votos, mantendo um posto na direção.

BALANÇO POSITIVO

No final do 7º Concut, o clima era de maior unidade e otimismo. Para João Vaccari, o congresso foi bastante positivo. “Penso que a CUT sai daqui com maior disposição de luta, com uma estratégia bem delineada de combate ao governo. Além disso, a Articulação tende a se preocupar mais com a democracia na central”. Bastante animado, ele acredita que “abre-se uma nova fase na vida central”.

Já o metroviário Wagner Gomes, encabeçador da chapa da CSC/UL, destaca a unidade como o fator mais positivo. “Existia o risco de fratura na central, o que seria um desastre para os trabalhadores. A pressão das correntes de esquerda e a disputa no interior da Artsind permitiram

EXPURGO DO FGTS

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento no final de agosto, garantiu a correção monetária das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que foram confiscadas pelos planos Verão e Collor I. Desta forma, o STF assegurou a restituição dos “expurgos inflacionários” em valores equivalentes a 16,65% (janeiro/89) e 44,80% (abril/90), totalizando 68,9% de reajuste. De imediato, o governo FHC esbravejou e sinalizou com medidas para impedir a restituição. A CUT já entrou com ação coletiva para estender a conquista para todos os trabalhadores.

MARCHA DA CONTAG

Cerca de 20 mil trabalhadoras rurais realizaram, em 10 de agosto, a “Marcha das Margaridas”, em Brasília. A manifestação, organizada pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), foi uma das mais expressivas da história da luta das mulheres no país. As lideranças da “marcha” também participaram de várias negociações com o governo, exigindo reforma agrária, crédito para a agricultura familiar, combate aos efeitos dos agrotóxicos na saúde reprodutiva das mulheres e fiscalização no campo. Somente 15% das assalariadas rurais têm registro em carteira.

CONGRESSO DO MST

Com a presença de 10.500 delegados, realizou-se em agosto, em Brasília, o 4º Congresso Nacional do MST. Sob o lema “Reforma agrária, por um Brasil sem latifúndio”, o evento serviu para definir os próximos passos do movimento, fundado oficialmente em janeiro de 1984. “A acusação de que somos ou pretendemos ser um partido político é uma manobra de nossos inimigos para nos isolar. Nós apoiamos os partidos que desejam mudar o atual modelo, porque nele nunca teremos a reforma agrária. Mas não pretendemos, de jeito nenhum, fundar um novo partido”, explicou Gilberto Pontes, membro da coordenação nacional do MST.



encontrar pontos de convergência, superando as posições mais sectárias, e garantiram resoluções avançadas”. Para ele, o fundamental agora é garantir a aplicação das decisões do Concut.

Apesar de mais crítico, Jorge Martins, encabeçador da chapa da ASS/MTS, também reconhece os avanços. “O Concut teve pontos críticos, a começar da fraude nas delegações. Mas ele permitiu um debate mais intenso do que o anterior e aprovou boas resoluções”. Quanto à direção eleita, Jorginho mostra-se cauteloso. “Diante da gravidade da crise da CUT, não bastam as declarações de intenções, os discursos de que agora ela será mais democrática e que jogará na luta”.

José Maria de Almeida, principal referência do MTS, vai no mesmo rumo. “O resultado do Concut foi contraditório. Por um lado, aprovou resoluções positivas. Mas, por outro, a direção eleita é pior do que a anterior. Venceu o núcleo duro, mais intolerante, da Artsind”. Apesar

desto, está confiante. “Dois fatores autorizam um certo otimismo. O primeiro é que há uma tendência para a radicalização das lutas. O segundo é que a esquerda cutista avançou na sua unidade, firmando pontos de ação conjunta”.

Para Júlio Turra, encabeçador da chapa da corrente O Trabalho, o congresso terá profundos reflexos na vida CUT. “A tendência é que haja uma nova configuração dos blocos internos. A crise atinge as várias correntes cutistas, não é só da Articulação”. Ele também considera positivo o fato de não ter sido montada uma chapa única das oposições. “Seria algo artificial, maniqueísta, que só aumentaria as tensões internas”. Para ele, duas forças cresceram no congresso: Artsind e CSC. “Mas, no caso da Articulação, seus votos não serão amarrados na próxima gestão. Suas divergências demorarão a se cicatrizar”.

Altamiro Borges é membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES) e editor do Debate Sindical. Correio eletrônico: aaborges@attglobal.net

João Antônio Felício, 49 anos de idade, é o novo presidente da Central Única dos Trabalhadores – a maior central do país, com 3.088 entidades filiadas, representando 21 milhões de assalariados brasileiros. Ex-presidente da poderosa Apeoesp (Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo), será o primeiro não metalúrgico a dirigir a CUT em seus 17 anos de existência, completados em 28 de agosto passado. Bastante animado com os resultados do 7º Concut, ele aposta numa nova fase de maior dinamismo da central, impulsionada por uma conjuntura política mais favorável

“A CUT vai a forte marca



Debate Sindical: Qual a sua avaliação do 7º Concut? O que de positivo e negativo aconteceu?

João Felício: Em termos de resoluções, o Concut foi um grande avanço. Aprovou um plano de lutas condizente com a realidade, que marca claramente o caráter oposicionista da central. Por isso a aprovação unitária do “Fora FHC e o FMI”. A CUT assumiu publicamente que jamais negociará os direitos trabalhistas. Isso não significa que ela não participará

mais de negociações com o governo e os empresários. Vamos continuar a negociar, mas só o que representar a ampliação de direitos.

Outro aspecto positivo foi o da unidade da CUT. Os que apostavam na nossa divisão se deram mal. O Concut estabeleceu acordos que aglutinam todas as forças cutistas. Nem os que queriam uma mudança na estrutura sindical, com o Sindicato Nacional, nem os que discordavam desta proposta se sentiram excluídos. Ambas as posições continuam sob o

Assumir uma oposiçãoista"

guarda chuva-unitário da CUT.

Além disso, o Concut avançou na construção de uma nova agenda da central, que denominamos de "CUT Cidadã". Esse termo sempre gera polêmica. Nós partimos da idéia de que o associado do sindicato exige mais do que salário e emprego. Ele quer ser defendido na sua integralidade, como cidadão. Há, por exemplo, o problema da discriminação da mulher, do racismo, do trabalho infantil. A CUT deve encabeçar lutas em todos estes terrenos, elaborar propostas.

Quanto aos pontos negativos, ainda não fizemos um balanço coletivo. Tenho críticas pessoais. A primeira é que eu acho que devemos inverter a pauta dos nossos congressos. A questão do plano de lutas ainda foi pouco debatida. Precisava de mais tempo para ouvir as contribuições das várias regiões, as realidades distintas. A segunda é que o congresso não debateu as políticas permanentes. É o segundo congresso em que esse tema fica secundarizado.

E quanto ao futuro, o que você espera da nova direção eleita no Concut?

João Felício: Penso que vamos entrar numa fase de gestão mais compartilhada, com a participação de todos, não importa se dessa ou

daquela corrente. Eu farei um grande esforço para que isto ocorra. Para que todos se sintam dirigentes da CUT e não peças secundárias, para que a nova direção funcione como um corpo colegiado. Que os acertos e erros sejam de responsabilidade de todos.

A própria forma como se deu o Concut é um indicativo de que vai melhorar o nosso relacionamento interno. Foi grande o esforço para construir propostas de consenso, como na questão do Sindicato Nacional. A nova gestão deverá manter este espírito. Com isso não estou fazendo críticas às gestões passadas. Cada uma reflete determinada conjuntura política, a situação concreta de cada período.

Há muitas críticas à postura recente da CUT. Ela teria se tornado uma central mais acomodada, sem capacidade de unificar as lutas dos trabalhadores. Estaria mais burocratizada, apática. Você concorda com estas críticas? A CUT terá uma conduta mais ativa, de oposição, nesta nova fase?

João Felício: Na década de 90, a CUT enfrentou uma barra pesada. Bem diferente da anterior, quando bastava colocar o caminhão de som na porta da fábrica que os operários entravam em greve. A luta era

contra a ditadura e por melhores salários. A inflação alta colocava os sindicatos em permanente mobilização. Depois do Real, a coisa ficou mais complicada. O sindicalismo cutista foi criado na cultura da inflação. Com a sua queda e o aumento assustador do desemprego, a luta ficou mais complexa. É mais fácil mobilizar em períodos de crescimento econômico.

Este cenário afetou a central. As duas últimas gestões vivenciaram o advento do neoliberalismo. Além disso, na década de 80, a CUT reinava sozinha na sociedade, tinha espaço na mídia. Hoje é diferente. Temos competidores na frente sindical. Todos estes fatores dificultaram a nossa ação. Não creio que tenha havido uma orientação da direção da CUT para não se partir para o enfrentamento. O problema é que o período foi difícil.

Penso que agora, a partir de 98, a conjuntura está mudando. Aumenta o desgaste do governo FHC. Categorias que estavam acuadas há anos, voltam a fazer greves. Fica mais claro do que nunca que a marca de FHC é a retirada dos direitos trabalhistas, o arrocho, o desemprego. Surgem denúncias de corrupção no governo. Este processo motiva a retomada das lutas, como a

“Os que apostavam na nossa divisão se deram mal. O Concut estabeleceu

“marcha dos 100 mil”.

A direção eleita neste Concut deverá atuar numa conjuntura mais favorável, mais propícia às lutas, ao enfrentamento. A imprensa já tem noticiado que minha marca é a da greve, que eu me projetei como líder das greves dos professores. Eu não faço questão nenhuma de mudar esta marca. Penso que a CUT, na próxima fase, terá uma forte marca oposicionista, liderando inúmeras greves.

Mesmo os setores mais críticos reconhecem que a CUT deu uma revigorada no ano passado, em decorrência desta nova conjuntura. Só que após a “marcha dos 100 mil”, ela teria refluído. Até o “Fora FHC”, aprovado na 9ª plenária da central, foi arquivado. Não há o mesmo risco agora?

João Felício: Eu não concordo com essa avaliação. Ela tem como base as dificuldades de adesão ao “dia de protesto”, em novembro. Penso que foi um erro a sua convocação. Muitos entenderam como um dia de greve geral. O próprio processo de consulta foi equivocado. Algumas categorias tinham acabado de firmar os seus acordos. Lógico que seria mais complicada a adesão ao “dia de protesto”.

Já com relação ao “Fora FHC”, a bandeira apareceu nos cartazes do 1º de Maio no ABC. No entanto, reconheço que houve dificuldades para levá-la adiante. Confesso que poderia ter sido melhor. Há contradições em nosso meio. No próprio Fórum Nacional de Lutas, no qual a CUT tem presença destacada, há setores que defendem o “Basta de FHC”. Este fórum é

algo inédito na história do país, tem um caráter estratégico. É preciso zelar pela sua unidade, valorizar as alianças existentes.

Agora, o importante é o futuro. Estou muito otimista. O fundamental é dar consequência ao “Fora FHC” e garantir a resolução do Concut. Vamos apostar neste rumo. A CUT vai assumir uma cara cada vez mais oposicionista. Já temos quatro grandes lutas pela frente: 1) as campanhas salariais do final do ano; 2) o “Grito dos Excluídos”; 3) o plebiscito da dívida externa; 4) as eleições municipais.

“A nova direção da CUT vai atuar numa conjuntura mais favorável às lutas. A imprensa diz que sempre liderei greves e eu não faço questão de mudar esta marca”

É preciso, inclusive, superar um entrave. A CUT não é uma somatória dos ramos de atividade. Ela é a central de toda a classe trabalhadora. Seu papel é unificar as lutas, superar a fragmentação, para realizar o enfrentamento global ao neoliberalismo. Às vezes, a CUT parece um pronto-socorro das categorias em campanha. Ela precisa ir além disso. Deve unir a classe, criar laços de solidariedade.

Do ponto de vista estratégico, muitos afirmam que a CUT está se institucionalizando e que trilha o caminho da parceria com o patronato, com alguns sindicatos filiados firmando acordos de flexibilização. Fala-se também que ela perde sua independência, inclusive via FAT...

João Felício: Não vejo possibilidades de mudanças no Brasil se não houver a combinação da luta institucional com as lutas sociais. Erram os que apostam tudo no institucional e também os que só falam na luta social. É fundamental que os trabalhadores ocupem espaços no terreno institucional, que pressionem o Congresso Nacional, que elejam pessoas comprometidas com as suas lutas.

A CUT deve ocupar todos os espaços disponíveis, participar de todos os fóruns para defender os interesses da nossa classe. Não tenho medo de que ela seja cooptada pelo Estado burguês. Qualquer projeto votado no Congresso Nacional, que afete os interesses do trabalhador, deve sofrer a pressão da CUT. Isso não significa que vamos nos submeter ao parlamento, que é dominado pelas elites.

Com relação ao FAT, tenho uma posição pessoal. Eu preferiria que seus recursos fossem destinados à formação profissional através dos centros públicos de ensino. A CUT sempre reivindicou a gestão pública e não privada da educação. Mas, infelizmente, isto não ocorre. Daí surge o dilema: usar ou não tais recursos. Se não pega, ele vai para os empresários, para a Força Sindical, e a CUT é alijada.

Agora, mesmo usando os

“O esforço é para que todos se sintam dirigentes e não peças secundárias,

acordos que aglutinam todas as forças cutistas, ninguém se sentiu excluído”

recursos do FAT, é preciso ter muito controle, fiscalização. Eles devem servir para trazer novos contingentes de trabalhadores para dentro dos sindicatos. Não podem ser usados na compra de sindicalistas. É preciso evitar as distorções. Além disso, os sindicatos cutistas não podem se tornar simples repassadores de informações técnicas para os desempregados. Isso não vai resolver o problema do desemprego. É preciso combinar a formação profissional com a política-sindical e a educação geral.

Por último, sobre a flexibilização. Eu abomino qualquer possibilidade da central se sentar com os patrões e o governo para retirar direitos dos trabalhadores. Agora, não tenho uma avaliação negativa de certos acordos feitos por sindicatos filiados. Penso que foram impostos pela conjuntura. Estavam com a faca no pescoço. Ou assinavam ou haveria demissões. Já no caso da CUT, ela não abrirá mão de nenhum direito. Não vamos aceitar qualquer negociação sobre o artigo 7º da Constituição.

Ainda no papel de advogado do diabo, durante o Concut uma das críticas mais incisivas foi a da ausência de democracia interna, de que o hegemonismo da Artsind, a sua corrente, colocaria em risco o caráter plural e a própria sobrevivência da CUT. Algo vai mudar neste sentido?

João Felício: Com honrosas exceções, a democracia está ausente dos sindicatos brasileiros. As relações autoritárias perpassam o conjunto dos sindicatos e atingem todas as correntes. Quanto à CUT,

“A CUT não é uma somatória dos ramos de atividade. Ela é a central de toda a classe trabalhadora e deve unificar as suas lutas contra o neoliberalismo”

sem dúvida há problemas. Mas não concordo com a crítica do hegemonismo da Articulação. Se fosse assim, não teríamos feitos acordos no congresso. Apesar de sermos maioria, abrimos mão e recuamos em várias posições com o objetivo de garantir a pluralidade e a unidade interna.

Acho que o Concut aprovou algumas resoluções que permitem que a próxima gestão seja mais compartilhada, mais democrática. De imediato, é preciso realizar um senso rigoroso da CUT, saber o seu tamanho real. Isto eliminará as denúncias de fraudes, as distorções na tirada de delegados, diminuindo as tensões internas. O congresso também garantiu a possibilidade de retorno de importantes sindicatos inadimplentes.

Uma pequena provocação: há quem afirme que você expressou exatamente o núcleo duro, mais intolerante, da Articulação neste Concut. Que fez isto para se viabilizar como presidente...

João Felício: Isto é intriga da



Maurício Moraes

oposição (risos). Quem conhece a minha atuação desde a Apeoesp sabe que eu sempre soube conviver com as posições divergentes. Numa tive um postura intolerante. Quanto a minha escolha na Articulação, não precisei alterar o meu comportamento. Só sai candidato porque contei com o apoio de vários ramos de atividade.

Por último, como você se define ideologicamente?

João Felício: Tenho o marxismo como referencial de análise e não como um dogma. Tenho muita afinidade com as idéias de Gramsci. Sou socialista, e não um social-democrata, como gostam de carimbar a Articulação. Sou um homem de esquerda. Para quem me taxa de centro esquerda, eu simplesmente ignoro! Já no aspecto pessoal, sou um apaixonado pela história da arte. Tive experiências ricas como professor para jovens do ginásio e colegial. Um dia ainda vou me dedicar mais ao estudo da arte.

para que a nova direção funcione como colegiado”

Entrevista concedida a Altamiro Borges

MARCIO POCHMANN

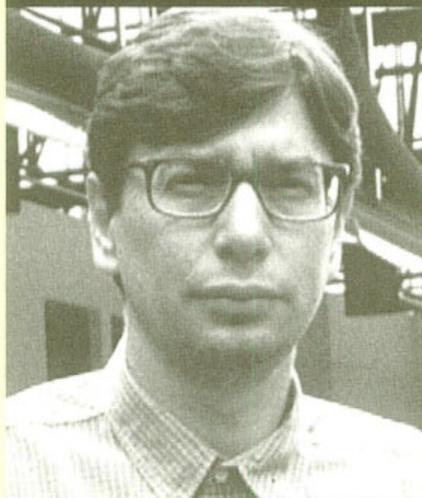
Desemprego na juventude: a geração do supranumerário

No final do século 20, o Brasil destaca-se pela geração de trabalhadores supranumerários. Isto é, jovens na faixa etária de 15 a 24 anos que se encontram cada vez mais com o seu tempo livre disponível, esperando por uma ocupação. A geração do supranumerário tem origem na Europa do século 19, quando um conjunto de pessoas estava privado da propriedade e disponível para o exercício de algum posto de trabalho.

Ao longo dos anos 90, 2,3 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho, embora o volume de jovens ocupados em 98 (16,1 milhões) fosse exatamente o mesmo de 89. Por conta disso, o que mais cresceu no interior da juventude foi o desemprego, que passou de 1 milhão, em 89, para 3,3 milhões, em 98, representando 48% do total do desemprego nacional.

Atualmente, de cada 100 jovens brasileiros, quase 20 estão desempregados, enquanto ao término dos anos 80 eram apenas seis a cada 100. Embora não registre ainda a maior taxa de desemprego juvenil do mundo, o Brasil apresenta uma das mais rápidas taxas de variação do desemprego. Dos 60 milhões de jovens considerados na condição de desemprego aberto, 5,5% são de brasileiros.

Além da tragédia do desemprego, convém ressaltar também as mudanças significativas no perfil da ocupação juvenil. Nos anos 90, houve uma regressão no assalariamento, o que fez com que dos 6,9 milhões de jovens com



A gravidade da situação exige romper com as barreiras ao primeiro emprego

empregos formais em 89 sobrassem apenas 4,9 milhões em 98. Diante da queda no emprego formal, houve expansão das estratégias de sobrevivência juvenil, através da ocupação autônoma, por conta própria, trabalho independente e sem remuneração.

INTERVENÇÃO PÚBLICA

Em função disso, não é mais possível negar a gravidade da situação atual do jovem, necessitando de uma intervenção pública emergencial. As barreiras ao primeiro emprego precisam ser rompidas. Deve-se ressaltar que o primeiro emprego representa uma situação decisiva na trajetória futura do jovem frente ao mercado de trabalho.

Anteriormente, o primeiro emprego representava a possibilidade do jovem constituir uma trajetória profissional ao longo da sua vida útil. Nos dias de hoje,

isso não é mais assim. De um lado, porque as ofertas de trabalho são, muitas vezes, temporárias e precárias (bicos, estágios, treinamentos, entre outras), que dificultam a construção de uma carreira ocupacional.

De outro lado, porque as ocupações que muitas vezes eram a porta de ingresso no mercado de trabalho, passaram a ser objeto de concorrência entre trabalhadores adultos. Diante de um elevado excedente de mão-de-obra, estes buscam qualquer vaga, inclusive as ocupadas por jovens. Nessa condição, o empregador pode contratar adultos, mais preparados, pagando salários de jovem.

MEDIDAS DE REVERSÃO

Duas devem ser as ordens de medidas fundamentais para reversão desse processo, além da retomada sustentada do crescimento econômico. Em primeiro lugar, são as medidas direcionadas à postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho. Isso não ocorrerá apenas com os esforços familiares. Torna-se necessário a difusão de mecanismos de transferência de renda (bolsa escola, renda mínima, entre outros) para as famílias carentes, com o objetivo de assegurar melhores condições de acesso e manutenção no sistema escolar.

Por fim, estão as medidas direcionadas à promoção de ocupações especificamente para o jovem. A constituição de um sistema nacional de ações de melhor relacionamento entre o sistema de ensino e o mundo do trabalho, além de postos de trabalho subsidiados no setor privado e de programas de utilidade coletiva no setor público, podem ajudar a desconstituir a atual geração de supranumerários no Brasil.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e pesquisador do Cesit. Correio eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br



Maurício Moutis

“Estão vendendo o país para pagar a dívida externa”

A crise geral da dívida externa de 1980-82 atingiu o país por um período mais longo do que as crises anteriores. Desde então, enfrentamos duas moratórias e várias crises cambiais e passamos por ajustes monetários, cambiais e fiscais sucessivos que estão conduzindo o país à desagregação econômico-social.

As reformas neoliberais, com desregulamentação cambial, privatizações e desnacionalização da economia, iniciaram-se depois da moratória do governo Collor, juntamente com a renegociação da dívida externa nos termos do Plano Brady e a perda de capacidade de negociação multilateral no terreno

“A submissão às regras do FMI mantém o país prisioneiro do capital financeiro internacional, sem projeto de futuro e muito menos de nação”

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

comercial e financeiro internacional. A partir daí o país ficou atrelado ao projeto de neoliberalismo global, operado sob o comando do Tesouro norte-americano, por intermédio de organismos multilaterais, sobretudo o FMI e o Banco Mundial.

SUBORDINAÇÃO À POTÊNCIA

Nos últimos seis anos, a adesão entusiástica das nossas elites cosmopolitas às “reformas” padronizadas pelo “Consenso de Washington” conduziu a um acelerado processo de endividamento externo e interno, que está

Remessa de juros e lucros compromete 40% do valor das exportações

atingindo níveis e ritmos sem precedentes na história do país. O “dissenso” só começou a aparecer lentamente a partir da crise da Ásia, mas ainda não conduziu a qualquer projeto de desenvolvimento digno desse nome. O agravamento da vulnerabilidade externa conduziu o país a uma situação insólita de subordinação à potência hegemônica que tem sido chamada por algumas figuras respeitadas por seu peso nas elites dominantes de situação neocolonial.

A atual forma de inserção internacional do Brasil é estruturalmente muito pior do que a das várias “situações de dependência” já ocorridas no nosso desenvolvimento pretérito, mesmo no “modelo primário exportador” da República Velha. Do ponto de vista comercial, não existe nenhuma divisão internacional do trabalho estável e dinâmica que possa ser obtida pela submissão ao “*desideratum*” da potência dominante, que quer nos impor a incorporação completa e acelerada à Alca.

Depois de 25 anos de substituição de importações sem endividamento externo relevante e de 25 anos de capitalismo associado, estar-nos-ia reservado o papel de um “primário exportador” sem dinamismo, como mercado de segunda linha da Metrópole. Por outro lado, a liberalização financeira e cambial iniciada em 1992 resultou apenas em uma forma de atrelamento ao capital financeiro “global”, que implica desnacionalização e privatizações aceleradas, um padrão de endividamento que é impossível de sustentar por muito tempo.

Desta vez não existe a possibilidade de substituição dos credores estrangeiros, como na crise de 30 (de Londres para Wall Street), já que hoje eles incluem

todos os países do G-7 com absoluta hegemonia norte-americana tanto política como financeira. O exemplo mais conspícuo de subordinação foi o acordo “preventivo” com o FMI, em colaboração do BIS (Banco Internacional de Compensações), obtido precariamente, em condições draconianas impostas pelo FED e pelo Tesouro norte-americano, pouco antes das eleições presidenciais de 1998.

PLEBISCITO NACIONAL

A situação a que chegamos em matéria de endividamento externo pode ser resumida em breves linhas. Devíamos US\$ 55 bilhões ao final de 1979 depois do choque de juros externos decretado por Volker, o ex-presidente do banco central norte-americano. Em 1986, a dívida total já tinha dobrado por força da repactuação de juros e do encurtamento dos prazos. Ao final de 1999, depois de duas moratórias e renegociações penosas, a dívida total alcançou mais de US\$ 240 bilhões, dos quais cerca de US\$ 140 bilhões de dívida privada, obtida por meio da liberalização da conta de capitais sem controles cambiais de qualquer espécie.

O acréscimo de US\$ 100 bilhões de endividamento externo adicional da gestão FHC foi insuficiente para pagar o serviço dos passivos externos acumulados no período de 1994 a 1999. O total de remessas líquidas de lucros somadas às despesas líquidas com juros e às amortizações, pagas ao longo desses seis anos, alcançou o montante inacreditável de US\$ 231 bilhões! Foi necessário um aumento correspondente das desnacionalizações e privatizações de mais de US\$ 130 bilhões, para fechar a conta, assim mesmo com

perda de reservas. É a isso que tem reduzido, no essencial, a brilhante contribuição do investimento direto estrangeiro que deveria levar-nos ao “paraíso da competitividade” e não acrescentou qualquer capacidade produtiva significativa à taxa de investimento líquido interno. Estamos vendendo o país para pagar a dívida!

A deterioração das relações financeiras externas pode ser avaliada pelo fato de que em 1999 foi necessário o equivalente a 40% do valor das nossas exportações só para pagamento de remessa de juros e lucros, relação que era de apenas 20% em 1994. O total do serviço dos passivos externos, incluindo amortizações crescentes, alcançou US\$ 64,5 bilhões em 1999, o que representa 1,8 vez o valor das nossas reservas líquidas internacionais, depois de ter sido de apenas 50% das nossas reservas em 1994.

Não é à toa que as autoridades econômicas vêm aceitando qualquer tipo de chantagem e de qualificação de risco (leia-se taxas de juros estratosféricas em dólar) impostas pelos credores que levou o Ministério da Fazenda a praticar ajustes fiscais permanentes e desmesurados mesmo para padrões latino-americanos. Face às conseqüências da política econômica praticada pelos nossos governantes, está mais do que na hora de submeter à população um plebiscito nacional sobre a dívida externa que esclareça os prejuízos decorrentes de manter essa situação de submissão às regras do FMI que mantém o país prisioneiro do capital financeiro internacional, sem projeto de futuro e muito menos de nação.

Maria da Conceição Tavares é economista, professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora associada da Universidade de Campinas (Unicamp) e ex-deputada federal (PT-RJ)

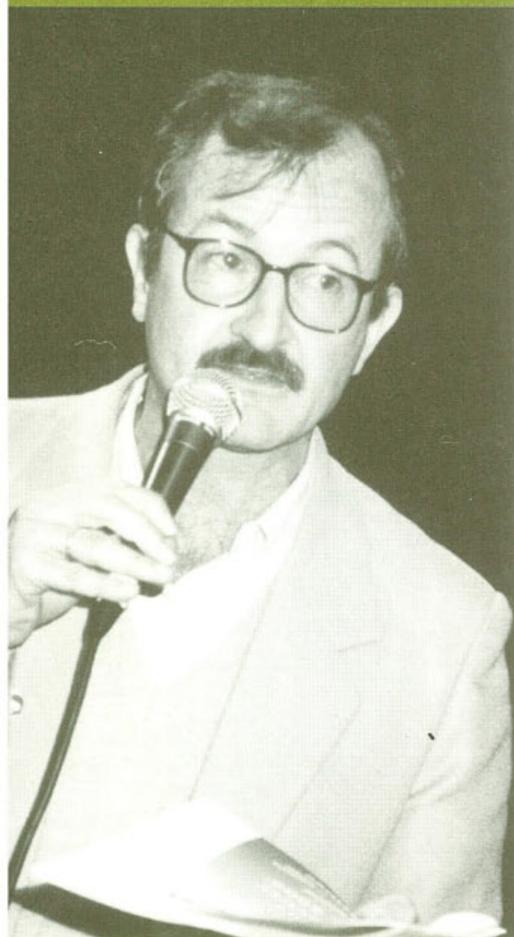
Wlfrido Lamu Erasmu, 1950



Economia solidária: Uma proposta viável?

Diante da explosão de desemprego, organizações dos trabalhadores procuram alternativas ao quadro de exclusão social. MST, Contag e outros movimentos do campo investem nas ocupações de terras improdutivas e na montagem de cooperativas. Já a CUT criou a sua Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que visa gerar novas oportunidades de trabalho. Há quem aposte neste caminho como uma saída para a grave crise do desemprego no país; outros, mesmo concordando com estas iniciativas, apontam os seus limites nos marcos do mercado capitalista. Devido ao destaque que o tema ganhou nos últimos tempos, em especial no interior da CUT, a *Debate Sindical* solicitou dois enfoques distintos sobre o assunto.

REMÍGIO TODESCHINI



A Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada pela CUT com o objetivo de gerar novas oportunidades de trabalho em empreendimentos econômicos e de construir alternativas de desenvolvimento

Uma alternativa socialista

Ação conjunta de sindicatos e cooperativas já foi uma

A atuação da CUT no terreno da economia solidária parte de duas constatações: a atual crise do trabalho e a crise do sindicalismo. Uma crise do trabalho resultante da reestruturação produtiva, da flexibilização e da informalização das relações de trabalho que modifica o perfil da classe trabalhadora. Uma crise do sindicalismo expressa na fraca organização no local de trabalho, na pulverização da sua organização e na sua baixa capacidade de resistência.

O sindicalismo e sua agenda se constituíram mediante o enfrentamento de um modelo fordista de produção e relações de trabalho, cuja característica fundamental é o predomínio do trabalho industrial e formalmente contratado. Com a erosão deste modelo em direção a um padrão de acumulação flexível, torna-se necessário repensar as estratégias de enfrentamento e de organização sindical.

NOVAS FORMAS DE GERAÇÃO DE RENDA

No plano organizativo, diminui a base sindical e torna-se imperativo o trabalho com o setor informal e com os desempregados. Trabalhadores que antes eram subordinados inteiramente a uma determinada rotina de trabalho têm agora seu trabalho regulado não só através de contratos de trabalho, mas também por contratos de prestação de serviços ou de produção de partes da cadeia produtiva. Surgem novas formas de conflito entre o capital e o trabalho, seja ele na relação salarial,

seja nas relações comerciais com produtores autônomos.

De um padrão de desenvolvimento baseado no pleno emprego, atualmente a nova estrutura do mercado de trabalho passa a ser formada por três grandes categorias de trabalhadores – um núcleo de trabalhadores no mercado formal articulado a um grupo de trabalhadores autônomos e a um grande grupo periférico de subcontratados. Devem assim ser repensadas as estratégias de enfrentamento e de organização do movimento sindical. Em que consiste os instrumentos de exploração dos trabalhadores neste novo modelo e as possibilidades alternativas de organização dos trabalhadores e de construção de propostas de um modelo alternativo, é o debate central colocado para o movimento sindical na atualidade.

Está em ritmo acelerado em todo o mundo o surgimento de novas formas de organização econômica como alternativa de geração de ocupação e renda. Importantes esforços para a criação de empresas associativas, empresas de autogestão e um novo movimento cooperativista estão mobilizando trabalhadores em vários países. No Brasil, o esforço de construção da economia solidária está sendo coordenado por diversas organizações de trabalhadores. Um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção estão se disseminando em todo o país. São iniciativas populares autônomas que enfrentam todo tipo de restrição legal, de adversidade econômica e falta de políticas públicas, mas que apresentam grande

ao desemprego

das estratégias de enfrentamento do capitalismo

potencial de sucesso.

Diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a chamada *Economia Solidária*. Está surgindo assim um novo conceito na tentativa de se propor um modelo alternativo de organização do trabalho e da produção. A economia solidária está sendo apresentada como uma nova proposta de organização dos trabalhadores e, mais que isto, uma nova proposta de desenvolvimento, alternativa para a crise econômica e para a exclusão social.

RESTRUTURAÇÃO MANTÉM QUADRO DE DESEMPREGO

Todos os cenários apontam que mesmo que uma retomada do crescimento econômico traga um incremento na oferta de empregos, a reestruturação produtiva deverá manter um forte quadro de concentração da força de trabalho empregada em setores mais dinâmicos da economia. O desemprego estrutural, a economia informal e a precarização do trabalho devem continuar gerando uma grande massa de trabalhadores que necessitam de políticas alternativas. Neste sentido, o debate sobre alternativas ao desemprego está se dando em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento.

Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho passa por

políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Daí a centralidade que as formas de desenvolvimento local, de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento solidário vem ocupando na agenda dos setores populares.

O fortalecimento e valorização do papel da economia na perspectiva de um desenvolvimento social e sustentável implicam na adoção de diversos instrumentos de integração social que revertam o processo de desagregação social. Estes instrumentos devem ser pensados a partir da articulação entre desenvolvimento econômico e cidadania. Nesta perspectiva, um processo de desenvolvimento social e sustentável depende não somente da realização de investimentos financeiros na produção e de mudanças nas condições macroeconômicas do país. É necessário estabelecer novos processos de organização da produção e de relações econômicas sob controle da sociedade.

UMA NOVA FRENTE DE LUTA PELO SOCIALISMO

Os empreendimentos econômicos solidários se baseiam em princípios da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da auto-sustentação, do desenvolvimento humano e da responsabilidade social. A primazia

de valores como a solidariedade, a democracia, a autogestão e a autonomia sobre valores mercantis, combinada com a eficiência econômica, coloca as experiências de economia solidária na condição de coexistir com o mercado capitalista ao mesmo tempo que o questiona.

A ação conjunta de sindicatos e cooperativas foi uma das principais estratégias de enfrentamento do capitalismo após a primeira revolução industrial. Durante longo tempo as cooperativas tinham estreito vínculo com o movimento sindical e com o ideário socialista. As possibilidades da economia solidária se situam hoje como num potencial significativo de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho; na democratização da gestão do trabalho, na valorização das relações humanas; na distribuição de renda; na democratização do crédito; no fortalecimento do desenvolvimento local e na ampliação das frentes de luta pela transformação social. Uma nova frente de luta pelo socialismo.

A Agência de Desenvolvimento Solidário foi criada pela CUT com este objetivo: gerar novas oportunidades de trabalho em empreendimentos econômicos solidários e construir alternativas de desenvolvimento. A ADS desenvolve programas nas áreas de crédito, formação, pesquisa, incubação, legislação e políticas públicas.

Remígio Todeschini é membro da executiva nacional da CUT e coordenador geral da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). Artigo escrito em conjunto com Reginaldo Sales Magalhães, assessor da Central Única dos Trabalhadores e secretário executivo da ADS

JOÃO MACHADO



Henrique Honorato

A proposta da CUT de apoiar a constituição de cooperativas é bem-vinda. Mas ganhará muito na medida em que seja discutida a questão de como desenvolver o seu potencial socialista

As cooperativas e o

A formação de cooperativas na economia capitalista

Nos últimos anos, o movimento de organização de cooperativas vem crescendo no Brasil. Em grande medida, como alternativa ao desemprego. Uma das origens de novas cooperativas, aliás, é os trabalhadores assumirem a gestão de empresas que seriam fechadas pelos patrões. Existe até uma entidade, a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), que funciona justamente para apoiar este processo.

Creio não haver dúvidas de que o crescimento desta alternativa é uma boa coisa para os trabalhadores. Por outro lado, nem tudo é positivo no crescimento recente das cooperativas no Brasil: muitas são falsas cooperativas, vem sendo organizadas por iniciativa patronal, e constituem uma forma de manter os trabalhadores subordinados às suas antigas empresas, e privados de direitos trabalhistas. Já há até um nome para este tipo de “cooperativa”: “coopergato”. Nada indica, contudo, que esta forma malandra esteja predominando; parece seguro que o crescimento do movimento cooperativo vem sendo o resultado basicamente de iniciativas dos trabalhadores.

Muitos acreditam que o estímulo às cooperativas pode ser hoje uma política importante de combate ao desemprego. Nesta questão, creio que é preciso separar dois aspectos. Em primeiro lugar, é claro que se um grupo de trabalhadores forma uma cooperativa, isto constitui uma alternativa ao desemprego para eles. Outra questão é se isto pode ter peso suficiente para ter um impacto significativo no plano geral,

macroeconômico. Desconheço dados que indiquem isto, e acho improvável que aconteça, até porque a existência de um “exército industrial de reserva” tem sido uma característica fundamental do capitalismo em quase todas as suas fases (a única exceção, acredito, foi a situação de quase pleno emprego em alguns países nas décadas que se seguiram à 2ª Guerra Mundial). E mais, na conjuntura em que vivemos os capitalistas estão mais empenhados do que nunca em manter o desemprego elevado. É possível, portanto, que os postos de trabalho ganhos de um lado pela formação de cooperativas sejam destruídos de outro lado, porque isto interessa aos patrões.

Na minha opinião, o aspecto mais interessante do crescimento do movimento cooperativo é a possibilidade de que contribua para a construção de um movimento socialista. Esta possibilidade ocorre porque a existência de empresas autogeridas pelos trabalhadores opõe-se à lógica do capitalismo e demonstra de forma prática que a classe burguesa pode muito bem deixar de existir. É neste sentido que o professor Paul Singer tem caracterizado as cooperativas como “implantes socialistas” no interior da economia capitalista.

Por outro lado, a formação de cooperativas no quadro da economia capitalista sofre pressões para adaptar-se à lógica dos mercados, especialmente se elas devem competir com empresas capitalistas (e podem assim ser levadas a aceitar critérios de racionalidade e de eficiência capitalistas). Podem reproduzir uma divisão do trabalho

movimento socialista

sofre pressões para adaptar-se à lógica dos mercados

em que os trabalhadores subordinam-se aos gerentes, tal como nas empresas capitalistas; em consequência, o fato de os trabalhadores serem co-proprietários pode virar mera formalidade.

Ou seja, as cooperativas não são sempre anticapitalistas. O estudo dos exemplos de movimento cooperativo de diversos países, inclusive dos mais bem sucedidos, confirma claramente a realidade destes riscos. Para que as cooperativas desenvolvam de fato uma lógica anticapitalista, é preciso que os trabalhadores lutem para isto, tenham como objetivo central limitar ou superar a divisão do trabalho e, sobretudo, oponham-se conscientemente à lógica do mercado.

Isto, é claro, não é fácil. Exige, entre outras coisas, criar referências de êxito distintas das do capitalismo. Portanto, creio que esta possibilidade será grande se as cooperativas estiverem integradas em um movimento de orientação socialista que lhes sirva de referência, de quadro ideológico e ético, de apoio social e econômico. Neste caso, seu potencial anticapitalista pode prevalecer.

Para que possa cumprir este papel, este movimento não pode ser apenas um movimento político; não pode ser apenas uma frente de partidos de esquerda, por exemplo. Deve ser muito mais: um movimento social, ideológico e cultural, uma referência de valores solidários, contrapostos aos do individualismo burguês, e que faça uma disputa nestes termos na sociedade.

Teria de ser feita uma disputa, por exemplo, em torno dos critérios de

eficiência econômica. Quais são compatíveis com uma racionalidade mais ampla, voltada para os objetivos da sociedade como um todo? Para que se possa questionar na prática o uso de critérios de eficiência de mercado, é preciso construir um movimento que seja uma referência tão forte que torne ser bem sucedido do ponto de vista dos seus valores mais compensadores do que, por exemplo, uma renda mais alta.

É difícil que possamos avançar em direção ao socialismo se não construirmos um movimento que recupere alguns conteúdos ideológicos clássicos do movimento socialista. Enfatizando: o reconhecimento como alguém que é um socialista, que luta para o bem de todos, para a construção de uma sociedade solidária, tem de se tornar mais importante e mais desejado do que ter uma renda um pouco maior. E não basta que os membros deste movimento por construir sejam gente que se incomoda com a pobreza dos outros, com a existência de miséria na sociedade. É essencial também que sejam gente que teria vergonha se tivesse uma renda muito acima da média da sociedade, ou se tivesse um padrão de vida muito maior do que o considerado socialmente aceitável. Isto não significaria eliminar as diferenças sociais: isto só será possível, naturalmente, após um longo processo de construção socialista.

Como prova de que uma coisa assim não é impossível, temos hoje o MST. Acho que é um movimento que tem várias das características que estou imaginando. Ele tem sido eficiente em conseguir tomar terras, e a partir daí começar a produzir. Vai

além: tenta organizar suas unidades produtivas na forma de cooperativas. E o que talvez seja mais interessante e importante: o vínculo dos trabalhadores com o movimento não se extingue quando conseguem sua terra. Após terem seu quinhão, continuam membros do movimento, e portanto referenciados nele, em seus objetivos. O MST não é só um movimento social de luta pela terra, ou só um movimento político: é também um movimento cultural e ideológico, e ainda econômico.

Um movimento de cooperativas que desenvolva de forma consciente seu potencial anticapitalista poderá cumprir três papéis fundamentais na construção de uma alternativa socialista: o de fortalecer a organização dos trabalhadores, desenvolver sua experiência de gestão, torná-los mais capazes de exercerem seu próprio governo; o de reforçar a visão de mundo cooperativa e, portanto, socialista; e o de desenvolver uma esfera da economia fora da lógica do capitalismo, que servirá de ponto de apoio natural para a construção do socialismo.

Por isto, creio que a proposta da CUT de apoiar a constituição de cooperativas ou empresas auto-gestionárias é bem-vinda. Mas creio que ganhará muito na medida em que seja muito mais discutida a questão de como desenvolver o seu potencial socialista.

Por outro lado, parece-me claro que esta questão pode ter um peso importante na política da CUT, mas não pode tornar-se o centro de suas atividades: em um futuro previsível, os membros de cooperativas não se tornarão majoritários na classe trabalhadora; e a CUT terá de continuar a ser sobretudo representante e organizadora dos assalariados.

João Machado é membro da direção nacional do PT e autor, junto com Paul Singer, do livro "Economia socialista" (Editora Fundação Perseu Abramo)

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

Uma conjuntura mais favorável ao avanço da luta sindical

Na época da ditadura militar, costumava-se dizer que a economia ia bem e o povo ia mal. E não existia, então, meios de eliminar esta contradição; não havia democracia e o voto era cercado de restrições. Os movimentos sociais estavam desarticulados e eram reprimidos; sindicalistas eram torturados e assassinados.

Hoje esta contradição continua se manifestando: a economia apresenta sinais positivos (e não apenas a economia da banca e da bolsa), a sociedade encontra-se sacrificada e a política do governo debate-se em desprestígio, suspeitas, paralisia e iniciativas desencontradas.

Os movimentos sociais, no entanto, se fazem mais presentes. Embora se tente fazer cair sobre eles uma cortina de desinformação e descrédito, vão avançando em suas reivindicações e organicidade. Isto fica claro quando se analisa a conjuntura do ponto de vista do sindicalismo dos trabalhadores.

TENDÊNCIAS POSITIVAS

Certas tendências que já se manifestavam no segundo semestre do ano passado tomam corpo e se afirmam nos últimos seis meses, produzindo fatos que merecem ser analisados devido à sua positividade e à sua projeção no futuro próximo. Citemos alguns:

A grande greve dos funcionários públicos, efetivada por mais de meio milhão de trabalhadores, durante mais de trinta dias, e que terminou vitoriosa (mesmo que não tenha obtido os reajustes salariais reivindicados) porque



Tendências já expressas no ano passado tomam corpo nos últimos meses

obrigou o governo a negociar;

A realização (ou preparação) de congressos representativos das mais importantes centrais sindicais e de setores importantes do movimento. Entre estes, vale citar a criação, pela Força Sindical, em congresso nacional e de massa, do sindicato nacional de aposentados; os congressos da CGT, CUT e MST; e também a "Marcha das Margaridas", convocada pela Contag;

A constituição de um programa unitário entre as três centrais sindicais (CUT, FS e CGT) de lutas pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, sem flexibilização de direitos ou eliminação do artigo 7º da Constituição, e que se materializa em conquistas pontuais efetivas;

A preparação de campanhas salariais de fortes categorias no segundo semestre, com objetivos claramente definidos e enorme

potencialidade de mobilização. Os petroleiros, como forma de protesto contra a política de "desmanche" da empresa, já organizaram uma greve nacional; os bancários, buscando aliança estratégica com os clientes, divulgaram os valores das tarifas cobradas pelos bancos; os metalúrgicos, embalados pelas lutas de redução da jornada, já colocam esta reivindicação como prioritária em suas pautas. Até mesmo uma categoria estratégica, como os metroviários de São Paulo, reorganiza agora a sua verdadeira campanha salarial do ano.

PROGRAMAS UNITÁRIOS

Estes são alguns elementos constituintes de uma conjuntura mais favorável às lutas sindicais e que confirmam as tendências já reveladas no primeiro semestre, quando, segundo o Dieese, apenas 33% das categorias não conseguiram em suas campanhas e negociações salariais reajustes superiores ou iguais à inflação (esta porcentagem havia sido inferior a 50% no ano passado).

As relações entre este reagrupamento do sindicalismo e as eleições municipais não são diretas, embora no próximo pleito haja, provavelmente, o maior número na história de sindicalistas candidatos às prefeituras ou às Câmaras Municipais; em alguns casos, esta "fuga" eleitoral até pode prejudicar o sindicalismo.

Enquanto o ímpeto desorganizador neoliberal encontra-se embotado no Congresso Nacional, a relativa melhora da economia e o repique inflacionário levam os trabalhadores e seus sindicatos a se organizarem e se unirem, com programas unitários e com lutas que se anunciam muito fortes.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical em diversas entidades de São Paulo



O movimento sindical e as eleições municipais

A forte tendência pragmática existente hoje em correntes expressivas do sindicalismo brasileiro é um freio poderoso à politização da ação dos sindicatos

ALDO REBELO

No próximo dia 1º de outubro, 90 milhões de eleitores comparecerão às urnas em mais de cinco mil municípios brasileiros para escolher seus prefeitos e vereadores. Diante

do crescente descontentamento popular, pelo agravamento da situação econômica e social e pela perda de credibilidade e confiança da maioria da população nos propósitos

defendidos pelo presidente da República e seus apoiadores, o maior temor do Planalto é que a eleição municipal adquira um caráter plebiscitário quanto à aprovação ou

O maior temor do Palácio do Planalto é que a eleição municipal adquira um

não do governo FHC.

A favor do governo está o fato de que embora seja no nível municipal que os grandes problemas econômicos e sociais do país se manifestem, nem sempre o debate eleitoral associa o enfrentamento das mazelas cotidianas à solução das grandes questões nacionais. Ao contrário, desemprego, violência, falta de habitação, transporte, lazer, escolas e atendimento à saúde são, freqüentemente, tratados como questões locais que dependem mais do talento, da capacidade administrativa e do comprometimento social dos prefeitos do que do enfrentamento político desses grandes temas.

CONFUSÃO E DESPOLITIZAÇÃO

Por seu turno, as disputas políticas locais tendem a polarizar as discussões situando, às vezes, em campos opostos forças que têm avaliações convergentes ao nível nacional. Nem sempre a disputa nacional governo “versus” oposição é reproduzida nos pleitos municipais, o que contribui para confundir e despolitizar a luta política que envolve o processo eleitoral.

Os candidatos ligados aos partidos que apoiam o governo federal procuram desvincular-se dos grandes temas políticos fazendo de conta que não têm nada a ver com eles ou rebaixando a sua discussão a um nível puramente administrativo. Buscam transformar, assim, os pleitos municipais em algo muito próximo a uma eleição de síndico e convencer os eleitores de que a sua capacidade e experiência gerencial e administrativa contam mais do que seus compromissos políticos. Os

programas transformam-se, desse modo, num amontoado de propostas desconexas, geralmente inexecutáveis por restrições de ordem fiscal, orçamentária e, principalmente, política.

**Já no movimento
cartista, em 1837,
os operários
da Inglaterra tinham
compreendido
a importância
das bandeiras
políticas**

A saída, para os partidos de oposição, não é, evidentemente, desconhecer as questões municipais ou mesmo deixar de propor soluções locais para os problemas decorrentes da política nacional. Afinal, os eleitores estão escolhendo os administradores locais e vereadores para, entre outras coisas, enfrentar tais problemas no município. Não se pode desconhecer, portanto, que a saída para os problemas é, antes tudo, política.

Consequentemente, não é incompatível desenvolver a luta política em defesa do Brasil, com a Frente Democrática Popular como núcleo de um movimento cívico em defesa do país, da democracia e do emprego, e a atividade eleitoral local. Ao contrário, a luta social e política das massas sempre se constitui num fator favorável à elevação do nível político nas campanhas eleitorais.

PAPEL DO SINDICALISMO

O movimento sindical, pela forma peculiar como se insere na ação política, pode contribuir de maneira decisiva para isso. O fato do sindicato estar ligado a uma categoria profissional ou atividade econômica com abrangência espacial que normalmente se estende além de um município em particular e, mais importante, com reivindicações econômicas e políticas que extrapolam o nível local, o coloca em condições de enfrentar o debate político das eleições municipais de maneira diferenciada, contribuindo assim para elevar o seu nível.

Há, entretanto, muitas armadilhas que podem impedir que o sindicato cumpra esse papel. Historicamente, a atividade sindical e a política partidária, embora trilhando caminhos paralelos, em poucos momentos realmente se somaram em torno de demandas políticas mais abrangentes. Quando isso ocorreu os resultados foram surpreendentes, como no movimento das “Diretas Já” e no impedimento do ex-presidente Collor, só para ficar nos casos mais recentes.

Existe uma forte tendência dos sindicatos em concentrar sua atuação em torno de plataformas, geralmente econômicas, de suas respectivas categorias. Mesmo quando pressionam o governo e o poder legislativo, geralmente o fazem em torno dessas reivindicações, o que, diga-se de passagem, não é pouco, mas, para o ponto em discussão, não é suficiente.

Essa tendência corporativa da ação sindical, somada à tática dos partidos conservadores de centrarem

Historicamente, a ação sindical e a partidária em poucos momentos se

caráter plebiscitário quanto à aprovação ou não do governo FHC

a discussão apenas em torno de problemas de natureza administrativa local, leva a que o nível político do debate seja muito pobre. E, como diz o ditado, quem cala consente. Quando os sindicatos e suas lideranças não se manifestam de forma mais incisiva sobre questões ligadas às eleições municipais, principalmente por seus meios de comunicação, que normalmente gozam de grande credibilidade entre os trabalhadores, estes são levados a formar sua opinião política sob o bombardeio apenas da mídia ligada às elites dominantes.

A tendência pragmática hoje existente em correntes expressivas do movimento sindical, conhecida como “sindicalismo de resultados”, variante moderna e globalizada do antigo peleguismo, constitui-se num freio à atuação política dos sindicatos. E esse não é um problema que diz respeito apenas àquelas correntes sindicais identificadas ideologicamente com o pensamento neoliberal esposado pelo governo. Só o fato de se conduzir a luta sindical de forma desconexa da luta política e eleitoral, muitas vezes com o propósito de não dificultar negociações em curso ou interesses de determinada categoria ou setor econômico, já funciona como poderoso freio à politização da ação sindical.

SUPERAR AS LIMITAÇÕES

Nunca é demais lembrar que a primeira organização operária que se formou no capitalismo, o *Partido Cartista*, em 1837, na Inglaterra, dirigida por operários ingleses, quando Marx tinha ainda 19 anos e Engels apenas 17, levantou bandeiras

essencialmente políticas. William Lowett, Henry Hasington e seus companheiros formularam pela primeira vez as reivindicações políticas da classe operária. O movimento *cartista* iniciou com seis reivindicações políticas da nascente classe operária: sufrágio universal, parlamento anual, voto secreto, imunidade parlamentar, divisão do país em circunscrições eleitorais iguais e supressão da taxa eleitoral para deputados.

E tudo isso num momento em que a jornada de trabalho chegava a 18 horas diárias, inclusive para crianças e mulheres. O que Lowett e seus companheiros tinham claro, ao formular suas pretensões, é que os problemas sociais e econômicos dos trabalhadores não seriam resolvidos caso não tivessem como participar da luta política em pé de igualdade com os partidos burgueses.

Passados quase duzentos anos desses fatos, assistimos ainda muitos ativistas sindicais, que a princípio são a vanguarda e a parcela mais consciente de suas respectivas

Quando o sindicato não se manifesta na luta eleitoral, os trabalhadores formam sua opinião sob o bombardeio da mídia das elites



categorias, a tratar a luta política, a eleitoral em particular, com desdém, como se a única forma de se obter reais conquistas para os trabalhadores fosse a luta econômica sindical.

O que é preciso ter claro, entretanto, é que enquanto o governo FHC e mais especificamente os interesses que ele representa não forem definitivamente derrotados pelo povo brasileiro não haverá saída para nenhuma categoria profissional ou para os trabalhadores de qualquer setor econômico. Derrotar nas eleições municipais de outubro todos os que direta e indiretamente sustentam a política neoliberal de FHC é um passo importante para as mudanças urgentes de que o Brasil necessita.

Aldo Rebelo é jornalista, deputado federal pelo PCdoB/São Paulo e membro da Comissão de Relações de Trabalho do Congresso Nacional

somaram em torno de demandas mais amplas

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA

O outono brasileiro e

O caráter sazonal da discussão sobre o mínimo expressa a importância limitada

O debate sobre o reajuste do salário mínimo, nos meses que antecedem o primeiro de maio, constitui uma das mais velhas tradições da política brasileira. A cada ano, declarações de indignação quanto ao aviltante valor do salário mínimo vêm a público.

Comparações diversas são feitas para explicitar seu poder de compra desprezível. Um consenso quase se estabelece em torno dessa vergonha nacional. Essa convergência se esvai quando o debate se volta para as alternativas de política de valorização do salário mínimo.

Nesse momento, a discussão se polariza entre uma posição extremamente conservadora, que reduz a questão a um problema contábil condicionado pelas contas públicas, e outra também extremamente progressista, que desqualifica qualquer restrição a uma valorização imediata mais substantiva do salário mínimo. Os defensores da posição conservadora acusam os progressistas de irresponsáveis, e esses contra-atacam argumentando que os conservadores defendem interesses que não contemplam aqueles dos trabalhadores.

No bojo desse debate, o governo federal, levando em conta a sua força no Congresso Nacional, estabelece o novo valor que, em geral, é visto pelos conservadores como a política possível e pelos progressistas como um referendo da vergonha nacional. Passadas algumas semanas, a discussão sobre o mínimo se esvazia, voltando novamente a público somente no próximo outono.

Os resultados obtidos são, em geral, pífios, mesmo quando o reajuste adotado é considerado aceitável. A cada ano, acaba-se



Carlos Humberto

ratificando um salário mínimo vergonhoso para o país, sem maiores resistências daqueles que criticam a posição conservadora.

DEBATE PIROTÉCNICO

O caráter sazonal da discussão sobre o mínimo expressa a importância limitada que o tema ocupa nas agendas das diversas forças políticas. Essas não envidam maiores esforços, no resto do ano, para manter em discussão a política do salário mínimo ou para desenvolver um posicionamento mais consistente sobre a mesma. Essa característica da discussão sobre o salário mínimo explica o caráter mais ou menos pirotécnico das posições políticas em torno do tema.

É necessário que as posições mais progressistas superem seu posicionamento pontual, destinando maiores esforços com o objetivo de

O valor atual do salário mínimo é desprezível. Só o dispêndio com o transporte urbano corresponde a 50% do mínimo

manter o tema em permanente debate e com o intuito de dar maior consistência a suas proposições. Para que possamos justamente avançar nessa direção, é preciso explicitar algumas questões decisivas para o debate sobre a política do salário mínimo.

O valor atual do salário mínimo é desprezível de qualquer ponto de vista. Somente a título de exemplo, o dispêndio com transporte de um trabalhador de uma região metropolitana corresponde, ao menos, a 50% do salário mínimo.

o salário mínimo

que o tema ocupa na agenda das diversas forças políticas

Fato que evidencia, ademais, a importância da política de vale transporte. O baixo valor do salário mínimo exige reajustes elevados para que se promova sua valorização. A dimensão desses reajustes demanda uma política de longo prazo que consolide um real e maior poder de compra e que desloque os constrangimentos existentes.

AUMENTO GERA CRESCIMENTO

Os constrangimentos à elevação do salário mínimo são reais. Um aumento substantivo de seu valor implicará tanto uma movimentação para cima das estruturas salariais, face a concentração da distribuição do emprego nos baixos salários iguais ou pouco superiores ao mínimo, como um incremento ponderável da despesa da previdência social por motivos semelhantes.

Deve-se salientar, entretanto, que um salário mínimo mais elevado favorece tanto o nível de produção como a receita da previdência social, não tendo somente impactos negativos sobre as empresas e o Estado. O maior poder de compra dos trabalhadores promove, certamente, um aumento proporcional da produção. Também, uma maior contribuição será realizada para a previdência social e para outras políticas públicas.

A recomposição de seu valor histórico não deve ser tomada como uma referência relevante. Em 1940, quando instituído, o salário mínimo correspondia ao salário médio da indústria de transformação, valor auferido por uma parcela diminuta

dos trabalhadores brasileiros da época. Para que possa se justificar a sua não efetividade no mercado de trabalho da década de 40, basta lembrar que seu primeiro valor ficou congelado durante quase 13 anos, tendo seu poder de compra corroído em quase 50% ao longo desse período, sem que maiores pressões

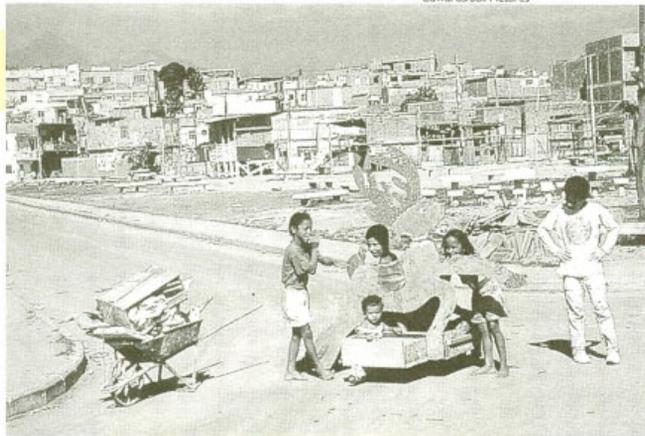
políticas tenham sido feitas pelos sindicatos. Ademais, se mantido o critério de associar o poder de compra do salário mínimo a uma canastra de consumo, caberia fazer essa vinculação levando-se em conta o padrão atual.

Esses pontos nos remetem para duas questões centrais que devem balizar uma política de real valorização do salário mínimo. Em primeiro lugar, é inquestionável que essa política é de longo prazo. Não é possível resolver o problema do salário mínimo de uma só vez. Faz-se necessário, portanto, a definição de uma política que garanta, independentemente da conjuntura econômica, aumentos anuais que resultem, em um

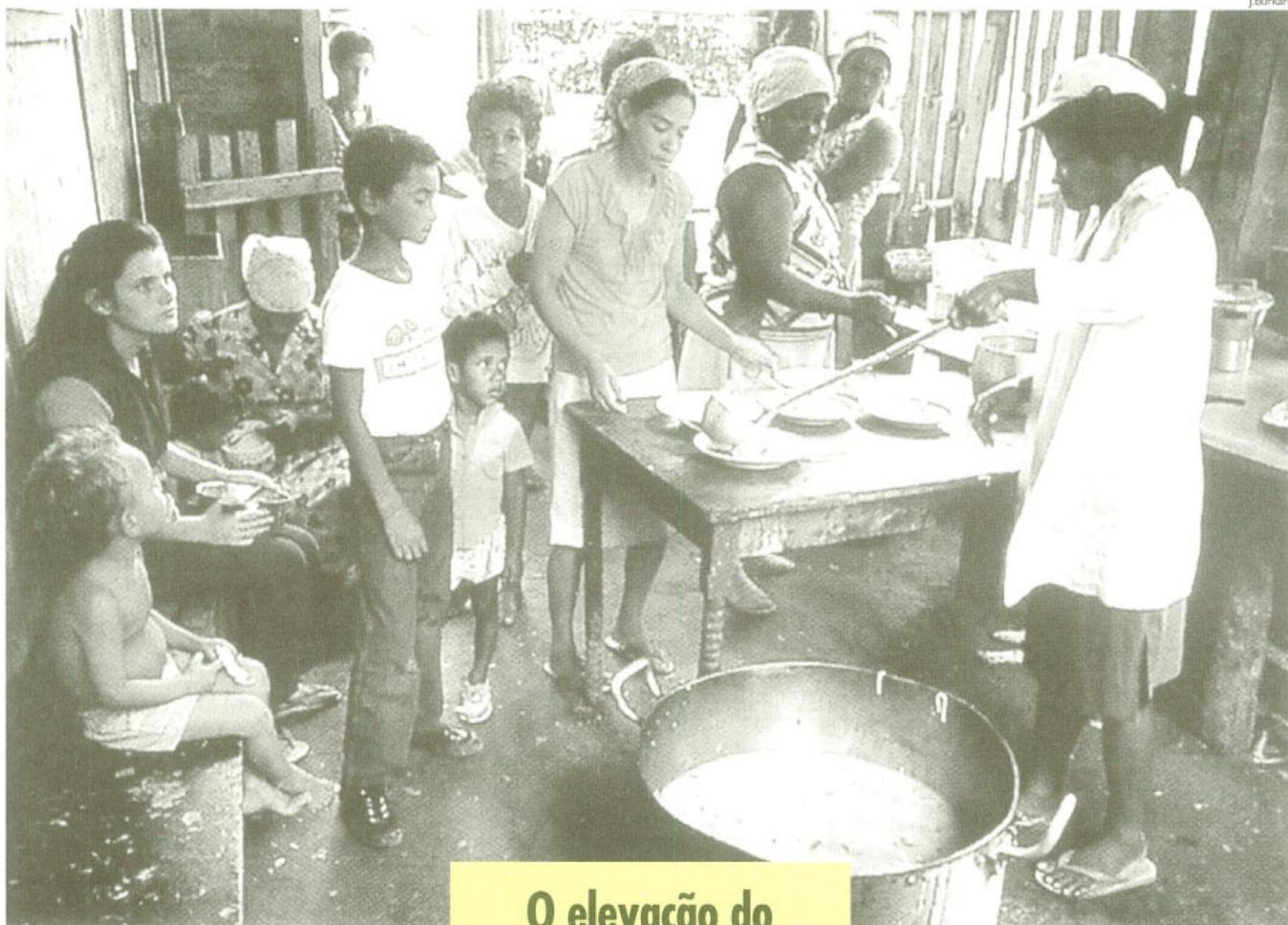
determinado período de tempo, em um salário mínimo com um poder de compra, a menos, duas ou três superior ao atual. Esses aumentos podem ser antecipadamente conhecidos, podendo relacioná-los a um percentual a ser acrescido à variação da inflação no período anterior. Ademais, essa política permitiria discutir as medidas necessárias para superar os constrangimentos hoje existentes ao aumento do salário mínimo.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O segundo se constitui em uma condicionante para a definição da política de longo prazo. É preciso que se acorde nacionalmente um compromisso em torno dessa política, o qual reconheça a



É necessário explicitar a relação existente entre salário mínimo e distribuição de renda, adotando-se políticas que ataquem essas duas vergonhas nacionais



O elevação do seu valor favorece a produção e receita da previdência, não tendo apenas impacto negativo sobre a economia

necessidade social de ter uma remuneração de base que defina um padrão mínimo de consumo/vida em nossa sociedade. É necessário, portanto, explicitar a relação existente entre salário mínimo e distribuição de renda, adotando-se políticas que ataquem essas duas vergonhas nacionais. A transformação da política do salário mínimo em um instrumento de definição da remuneração nacional de base poderia se constituir em um dos mecanismos de uma política de alteração de nossa péssima distribuição de renda.

Um encaminhamento desse tipo valorizaria, com certeza, o debate sobre a questão social no país. Ademais, explicitaria a importância do salário mínimo com política de reorganização da remuneração de base em nosso mercado de trabalho, abrindo perspectiva para a adoção de

outras medidas endereçadas ao problema da distribuição de renda.

É necessário superar o descompasso entre uma análise estrutural e a formulação de políticas de curto prazo. O grau de desvalorização do salário mínimo é de tal extensão que as proposições de correção substantiva de seu valor em

um único golpe acabam servindo por referendar as posições conservadoras. Além disso, é preciso tomar o devido cuidado em não adotar argumentos duvidosos, como a definição do mínimo no valor de US\$ 100,00, seja porque ele pouco diz sobre seu poder de compra em Real, seja principalmente porque a adoção de uma moeda estrangeira expressa o sentido de soberania compreendido pela nação.

Necessitamos, portanto, valorizar o salário mínimo e, em especial, as proposições que visem alcançar efetivamente esse objetivo.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e autor do livro "Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado" (Editora Unicamp, 1999). Correio Eletrônico: cdedecca@eco.unicamp.br



Redução da jornada: menos trabalho, mais emprego

Bastou o presidente Fernando Henrique tocar no assunto da redução da jornada – durante sua última viagem à França, em junho passado – para que os meios de comunicação passassem a dar destaque ao tema. *A Debate Sindical*, que trata da questão há bem mais tempo, aproveita a oportunidade para voltar ao assunto. Apresenta um pouco da história dessa antiga luta dos

A redução da jornada de trabalho é uma bandeira histórica do movimento sindical, como instrumento para ampliar o nível de emprego e proporcionar melhorias na qualidade de vida

CLÁUDIO GONZALEZ

trabalhadores; mostra quais são as reais intenções do governo; porque os empresários tremem só de pensar na hipótese da jornada ser reduzida por lei; e que estratégias os sindicatos pensam lançar mão para levar adiante uma reivindicação que pode reduzir os alarmantes níveis de desemprego e, de quebra, oferecer aos trabalhadores melhorias na qualidade de vida.



Nos primórdios do capitalismo, os operários, incluindo mulheres e crianças, trabalhavam 16 horas ou mais ao dia

Discutir a redução da jornada de trabalho não é novidade. O tema já fazia parte das reivindicações trabalhistas desde o século passado. Nos primórdios do capitalismo, quando as primeiras fábricas surgiram na Europa, os trabalhadores, incluindo mulheres e até crianças, cumpriam jornadas diárias que duravam até o limite de resistência física – 16 horas ou mais. As férias anuais nem constavam das reivindicações do jovem movimento operário.

Sobre o assunto, Karl Marx escreveu: “Em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensável”..

PRIMEIROS PASSOS

Diante deste cenário sombrio, lutar por menos horas de trabalho passou a ser uma questão de sobrevivência para os trabalhadores. Segundo o pesquisador Francisco Brandão Júnior, autor do trabalho “Redução da jornada de trabalho: alternativa para o desemprego?”, o primeiro passo histórico para a redução da carga de trabalho pode ser datado em 1802, quando foi assinado na Inglaterra o Moral and Health Act, lei que reduziu a jornada para 12 horas diárias. Em 1847, os ingleses conquistaram a jornada de 10 horas e em 1848, os

franceses.

Até mesmo o significativo Dia dos Trabalhadores teve origem nesta luta. No fim do século passado, as condições de trabalho nos EUA não eram diferentes do restante do mundo: jornadas estafantes, com mais de 14 horas de segunda a sábado. Revoltados com a situação, os trabalhadores colocaram em prática uma decisão tomada em congresso e, no primeiro dia de maio de 1886, organizaram, em Chicago, uma grande manifestação em torno da palavra de ordem: “Oito horas de trabalho! Oito horas de repouso! Oito horas de educação!”.

Assustados, os patrões acionaram as autoridades locais, que reprimiram brutalmente a manifestação. Cinco operários grevistas foram condenados à força: Albert Parsons, George Engel, Adolph Fischer e August Spies e Louis Lingg. Em memória desses mártires, o dia 1º de Maio, em

todo mundo, menos nos EUA, passou a ser o Dia Internacional dos Trabalhadores.

Após a Primeira Guerra Mundial, em 1918, o ritmo das mudanças foi acelerado. A Europa em escombros precisava de uma nova ordem econômica, baseada numa lógica que parecia elementar aos dirigentes da época: produzir mais e ao mesmo tempo acomodar os conflitos deflagrados pelo sindicalismo comunista e anarquista. Uma das conseqüências dessa nova postura foi a diminuição da jornada de trabalho que, desde o início do século, foi reduzida quase à metade. A Convenção 1 da OIT, de 1919, normatiza a jornada de 48 horas semanais para os trabalhadores da indústria.

A LUTA NO BRASIL

No Brasil, a primeira greve registrada pela redução da jornada

PROJETOS DE LEI

Além das iniciativas dos sindicatos, propostas no campo legislativo também já foram apresentadas.

Em 1995, os deputados federais Inácio Arruda (PCdoB/CE) e Paulo Paim (PT/RS) ingressaram no Congresso Nacional com uma Proposta de Emenda Constitucional que prevê a redução da jornada para 40 horas semanais e o aumento do valor das horas extras de 50% para 75% das horas normais. A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, mas não foi para frente.

Mais recentemente, foi apresentado o Projeto de Lei número 08/2000, do senador

Geraldo Cândido (PT/RJ), que altera a redação dos artigos 58, 59 e 61 da CLT, estabelecendo o limite de 35 horas semanais para a jornada de trabalho dos empregados em qualquer atividade.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta: “Além de necessária para combater o desemprego, esta medida atende também a um requisito de justiça social. Com efeito, não é justo que os aumentos de produtividade sejam apropriados apenas pelos empregadores e não beneficiem também os empregados, pois o progresso científico e tecnológico é uma conquista da humanidade como um todo e não um patrimônio de apenas uma parte dela”.

ocorreu em 1895. Em 1907, estoura a primeira grande greve geral, tendo como principal reivindicação a jornada de 8 horas diárias. Houve adesão das principais categorias profissionais da época. Outro movimento grevista ocorre em 1912, mais restrito, abrangendo sapateiros e têxteis de São Paulo. O movimento obteve êxito para os sapateiros, que conseguiram regulamentar sua jornada diária em 8 horas e 30 minutos.

Os movimentos operários repercutem no cenário político. Em 1911, é apresentado no Congresso Nacional um projeto de lei que previa a jornada normal de trabalho em 8 horas diárias. Na época, o projeto foi considerado pelas classes dominantes “imoral, subversivo e anárquico” e sequer foi analisado pelos parlamentares.

Em 1917, ocorre outra grande greve em São Paulo, que contou, inclusive, com intensa participação dos movimentos populares. Entre outras reivindicações relativas ao emprego, destaca-se a redução da jornada para 8 horas diárias e o adicional de 50% no valor das horas extras. No mesmo ano de 1917 é apresentado, novamente, no Congresso Nacional, um projeto de lei sobre o tema. Contudo, a proposta é mais uma vez bloqueada pelos setores conservadores da sociedade.

A primeira lei que regulamentou a jornada em 8 horas diárias foi adotada na Bahia, também em 1917. Após o movimento político e social de 1930, que mudou o bloco no poder no país, o Estado passa a regulamentar a jornada de trabalho através de decretos. Entre 32/34, vários são editados, estabelecendo para algumas categorias jornadas de 8 horas diárias e 48 horas semanais. Para outras, as jornadas fixadas foram inferiores, caso dos bancários e dos trabalhadores em telégrafos, para os quais se estabeleceu a jornada de 6 horas diárias e 36 horas semanais.



Passeata no Distrito Federal (RJ), em 1934, exige redução da jornada na Constituinte

A primeira lei abrangente que regulamenta a jornada para todos os trabalhadores foi inserida na Constituição Federal de 1934, que fixou a jornada em 8 horas diárias e 48 horas semanais. Dessa forma, os decretos que beneficiavam poucas categorias passam a valer para todos os trabalhadores.

Entretanto, o que parecia ser uma vitória dos assalariados, não vingou. Naquele momento, as elites brasileiras criam um mecanismo que passou a se repetir: se uma lei concedesse direitos e benefícios aos trabalhadores, na sua regulamentação alterava-se o conteúdo, transformando direitos em deveres, ou introduzindo uma série de exceções, de modo que a legislação passava a não ter a abrangência devida. Assim, criou-se uma forma de extensão da jornada através das horas extraordinárias, que a lei regulamentar deixou ao livre arbítrio do setor patronal.

Com a entrada em vigor da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, praticamente não houve inovações significativas quanto à duração da jornada. Ao

contrário, a CLT, ainda vigente, admite uma série de exceções, como a realização de até duas horas extras diárias.

AS GREVES NO ABC

O ano de 1985 tornou-se um marco na luta pela redução da jornada, com a intensa mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista, que realizaram uma greve de 54 dias pelas 40 horas semanais. A greve acabou de vez com o padrão habitual de trabalho, até então, de 60 horas semanais (48 estabelecidas em lei e mais 12 horas extras). O resultado prático foi a assinatura de diversos acordos setoriais que estabeleciam, em sua maioria, uma jornada de até 44 horas semanais.

Três meses após o término da greve, cerca de 90% dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema passaram a trabalhar menos que 48 horas semanais. Esse movimento vitorioso pela redução da jornada acabou tendo forte influência nas discussões que se seguiram para a elaboração da Constituição de 1988 que, finalmente, estabelece a jornada de 44 horas semanais.

Portanto, em 56 anos de história, de 1932 a 1988, o Brasil assistiu a poucas alterações na legislação sobre a duração da jornada. Nesse período, porém, o movimento sindical liderou diversas lutas, com a conquista de jornadas menores para algumas categorias. Mas, como as lutas foram localizadas, nunca se conseguiu que essas vitórias fossem estendidas aos demais trabalhadores.

**Para o Dieese,
mesmo com
a retomada
do crescimento,
o ritmo de queda
do desemprego
será lento
devido à
reestruturação**



“O capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos do trabalho” (Marx)

A REAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

A apresentação de projetos no parlamento e a pressão dos sindicatos por uma “solução legislada” deixaram o empresariado nervoso. Para o deputado federal Moreira Ferreira (PFL/SP), presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), “a redução da jornada de trabalho não pode ser pré-determinada e submetida a uma camisa-de-força, sob pena de se tornar um elemento engessador da economia. A livre negociação é o instrumento mais eficaz e democrático de se tratar a questão, pois permite encurtar ou aumentar o tempo de trabalho, de acordo com a necessidade”.

A opção dos empresários pela adequação da jornada ao fluxo de produção, de forma a possibilitar sua extensão em períodos de pico

e redução em períodos de refluxo, é vista com desconfiança por vários estudiosos do tema. Para eles, a flexibilização traz mais riscos do que possibilidades para os trabalhadores.

Na opinião dos técnicos do Dieese, os empresários sempre resistem quando se trata de repassar ganhos de produtividade para os trabalhadores e geralmente usam argumentos falsos. O principal é o de que seus custos subirão se a jornada cair sem que os salários sejam reduzidos. Segundo os economistas, a falácia está no fato de que o aumento da produtividade reduz os custos da força de trabalho. Assim, eles só aumentariam se não houvesse crescimento prévio da



produtividade.

No caso brasileiro, a produtividade na indústria cresceu mais de 110% entre 90/98; já o aumento da produção no mesmo período foi de apenas 19%. Ou seja: para produzir a mesma quantidade de mercadorias que em 1990 demandava 8 horas de trabalho,

em 98 bastaria 3 horas e 48 minutos.

Além de só aceitar discutir a flexibilização, os empresários também não perdem a chance de usar o tema para pedir, em contrapartida, uma significativa redução dos impostos. Isto quando, segundo a Receita Federal, eles pagam, como pessoas físicas, menos impostos que os estudantes e funcionários públicos.

INCONTÁVEIS HORAS EXTRAS

De um modo geral, o século XX foi marcado pela redução generalizada da jornada. Trabalhava-se 70 horas por semana e hoje, na maioria dos países industrializados, a jornada é de 40 horas. Apesar desses avanços, a grave crise que atinge a economia capitalista na década de 90, principalmente nos países periféricos, ocasiona retrocessos na trajetória de diminuição do tempo de trabalho.

Segundo o economista Marcio Pochmann, na década de 90, “além do fechamento de empresas, da internacionalização e da privatização de outras, ocorre um processo de reestruturação empresarial, com a racionalização da produção e o aumento da

produtividade acompanhada por aumentos da jornada total de trabalho, seja através de maior uso de horas extras, seja através de ocupações sem registro ou por conta própria que operam, em geral, com tempo de trabalho muito intensivo”.

“Na comparação dos anos 90

A flexibilização dos direitos, os incentivos fiscais e o banco de horas foram vantajosos para as empresas, mas não geraram empregos seguros

com os 80, verificam-se aumentos indiscriminados na quantidade de empregados paulistas que passaram a trabalhar acima da jornada legal. Na indústria, o aumento de trabalhadores com jornada superior à legal foi de 2/3 e de 1/3 para o setor terciário privado. Em outras palavras, as empresas se modernizam ao mesmo tempo que utilizam maior tempo de trabalho daqueles que permanecem empregados”, analisa Pochmann.

O diagnóstico é compartilhado pelo jurista Sadi Dal Rosso, professor da Universidade de Brasília e autor do livro “A jornada de trabalho na sociedade – o castigo de Prometeu”. Segundo ele, o brasileiro tem, por dispositivo legal, uma das jornadas mais longas do mundo. E, quando comparada a prática real de trabalho, ela vai bem

JOGADA DE FHC

além do preceito constitucional, porque é acrescida de inúmeras horas extras, colocando o Brasil no restrito grupo das nações com as jornadas mais longas. “Este argumento é, por si só, suficiente como base para a reivindicação de redução da jornada no Brasil”, afirma.

Sadi afirma ainda que “a política de redução da jornada continua na agenda social pelas duas razões históricas que sempre a sustentaram: trabalhar menos é importante por criar espaços de não trabalho, nos quais os atores sociais podem definir seus interesses e lutar por projetos sociais com significado; e lutar pela diminuição do tempo de trabalho é também procurar construir uma sociedade compartilhada com mais justiça e igualdade, em que o trabalho, que é a fonte do rendimento e dos direitos, seja acessível a todos e não elemento de exploração sobre o homem, mas como elemento de auto-realização”.

EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO

Análises teóricas à parte, a grande motivação para a retomada da luta pela diminuição da jornada no Brasil é mesmo a preocupação com os alarmantes níveis de desemprego no país. Em toda parte é possível encontrar aqueles que vêm na retomada do crescimento econômico o único caminho para se recuperar os mais de dois milhões de postos de trabalho fechados desde o governo Collor.

Entretanto, para os técnicos do Dieese, a capacidade do crescimento econômico – por si só – de gerar empregos foi reduzida à metade em função da abertura da economia e das mudanças tecnológicas e organizacionais. “Mesmo que o crescimento econômico retorne, o que é necessário para a geração de empregos, o ritmo de queda do desemprego será lento devido à

As declarações de FHC a favor da redução da jornada para 35 horas não duraram nem isso. Menos de 24 horas depois, ele tratou de desmentir o que havia dito, afirmando que fora “mal interpretado”. As reais intenções do governo foram explicitadas pelo ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que disse concordar com a redução da jornada “desde que seja feita mediante a negociação entre patrões e empregados”.

Segundo Marcio Pochmann, “parece indubitável que a desregulamentação da jornada como quer o governo, à margem da lei, faz parte, como atestam várias experiências nacionais, de um processo maior de mudanças no conteúdo das relações de trabalho, processo esse marcado pela perda de eficiência da regulação pública e pela descentralização das negociações”.

No fundo, o que o governo quer, e nisso faz coro com os patrões, é se aproveitar da simpatia que a proposta de redução da jornada adquiriu e usar a justa reivindicação dos trabalhadores para dar fôlego ao projeto de flexibilização das leis trabalhistas.

Para o sociólogo Emir Sader, ao aderir ao modelo americano de flexibilização laboral, FHC tenta se aproveitar do contexto desfavorável aos trabalhadores, numa economia com desemprego estrutural, para forçar a retirada de direitos via negociações diretas. “Com isso, isenta-se de qualquer ação governamental, como se não se tratasse de uma responsabilidade do setor público”, afirma.

essas mudanças estruturais. É neste contexto que se faz necessário reduzir a jornada de trabalho, pois essa mudança institucional dá mais efetividade ao potencial gerador de empregos do crescimento econômico”, afirmam.

Na opinião de sindicalistas das mais diversas correntes, a redução da jornada é o primeiro passo para enfrentar o problema do desemprego. Para dar este passo, os principais sindicatos do país vêm, já há um bom tempo, lançando mão de uma série de iniciativas. Recentemente, o Dieese realizou uma pesquisa – através da análise de acordos coletivos firmados entre os anos de 93/96 – em que constatou que, das 94 categorias estudadas, 64 (68%) incluíam alguma cláusula referente à jornada de trabalho, sendo 43 na indústria, 18 nos serviços e três no comércio.

JORNADA FLEXÍVEL

Outra pesquisa do Dieese constatou que a grande novidade introduzida na década de 90 com relação à jornada de trabalho foi, de fato, a sua flexibilização. Em 1995, um acordo inédito entre a Ford e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC abriu a era da jornada flexível. O pacto foi fechado sob a justificativa de cancelar 1.282 demissões programadas para o ano. Imediatamente o modelo foi copiado por outras montadoras da região.

No mesmo período, a Força Sindical firmou vários acordos de redução da jornada com empresas metalúrgicas de São Paulo. Eles previam jornadas menores e garantias de emprego em troca de redução salarial, flexibilização dos





Para Pochmann, “governo quer se aproveitar da proposta de redução da jornada para impor a flexibilização trabalhista”

direitos trabalhistas e incentivos fiscais por parte do governo. Mesmo sendo mais vantajosa para os empresários do que para os trabalhadores, a “estratégia” da Força Sindical teve pouca adesão e gerou muitas controvérsias no meio sindical.

Na época, a CUT condenou os acordos promovidos pela FS. “Diminuir impostos para empresários, como quer a Força, significa diminuir investimentos em saúde, educação, habitação e saneamento. Diminuir salários e direitos sociais significa piorar ainda mais a situação dos trabalhadores, que sempre são os primeiros a pagar o pato de qualquer plano econômico, crise ou projeto de salvação nacional”, afirmou, na ocasião, o sindicalista Wagner Gomes, da executiva nacional da CUT.

Em 1998, o mecanismo do “banco de horas” passou a ter regulamentação legal, primeiramente através da lei 9.601. Ela dispõe sobre o contrato de trabalho por tempo determinado, alterando o prazo de compensação das horas extras – até então permitida apenas quando realizada dentro da mesma semana – para 120 dias. Posteriormente, com a medida provisória 1.709, que dispõe sobre o trabalho em tempo parcial, o seu prazo foi aumentado para até um ano. Ficou ainda proibida a prestação de horas extras para os trabalhadores contratados nessa nova modalidade.

CAMPANHA UNIFICADA

Apesar das divergências ainda existentes no meio sindical, as centrais estão cada vez mais unidas no propósito de lutar pela redução da jornada. Sintoma disso foi o lançamento, em 17 de abril último,

REDUÇÃO NO MUNDO

Diante da forte pressão dos trabalhadores, nas últimas duas décadas as empresas européias tiveram que reduzir a jornada para combater o desemprego. Na Volkswagen alemã, por exemplo, foi implantada em 1996 uma jornada flexível e, dependendo da necessidade, a jornada pode variar entre 28,8 e 38,8 horas semanais. Na Alemanha, o desemprego atinge cerca de 12% da PEA.

No mesmo ano, a Corte Européia de Justiça fixou a jornada máxima em 40 horas. Mas a maioria adota períodos menores. Dados da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que o número de horas efetivamente trabalhadas nos países europeus é inferior à jornada legal de 2.640 horas por ano, no Brasil. Alguns exemplos: Espanha (1.747), Itália (1.682), França (1.529), Alemanha (1.508) e Holanda (1.372).

Mesmo os japoneses optaram pela redução da jornada de 48 para 40 horas semanais, com cinco dias de trabalho por semana. Depois de taxar os norte-americanos de preguiçosos, o governo japonês se viu forçado a recomendar menos trabalho e mais diversão. O exaustivo ritmo de trabalho se tornou um problema para o país,

de uma campanha unificada (CUT, CGT e Força Sindical) que propõe reduzir a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas, através de um emenda popular à Constituição Federal. Pelas contas dos sindicalistas, essa redução poderia gerar até 1,7 milhão de empregos.

As primeiras ações da “campanha” ocorreram logo no mês seguinte e as manifestações nas portas das fábricas, passeatas,

acusado de fazer concorrência desleal. Sem falar nos problemas de desintegração familiar, dos suicídios e das mortes fulminantes por esgotamento (karoshi).

Nesse quadro, a França tornou-se pioneira ao aprovar a jornada de 35 horas. O projeto do governo teve 316 votos favoráveis da maioria socialista, comunista e verde, contra 253 votos da minoria gaulista-liberal. Ele entrou em vigor em 1º de janeiro deste ano para empresas com mais de 20 empregados; a partir de 1º de janeiro de 2002 atingirá as demais empresas.

Inicialmente, a medida causou revolta no empresariado e desconfiança em alguns sindicalistas. Hoje, porém, a França registra seus melhores resultados no combate ao desemprego. Os dados mais recentes, relativos aos meses de abril e maio, indicam que o índice de desemprego ficou abaixo do patamar dos 10% da PEA, o que não acontecia desde 1991. Ao longo deste ano, o país teve entre 483 mil e 492 mil desempregados a menos. As razões do “milagre” se devem ao aquecimento da economia – que cresce a um ritmo de 3,5% por ano – e, principalmente, à “Lei das 35 Horas”.

abaixo-assinados e até rodadas de negociações com as empresas estão em curso até agora. A Força Sindical, por exemplo, já fechou 12 acordos de redução da jornada neste primeiro semestre. E a CUT, que acaba de realizar seu 7º Congresso, aprovou a luta pela redução da jornada e limitação das horas extras no país como prioritária para a central neste ano.

Cláudio Gonzalez é jornalista



Jesus Carlos/Magnificana

Os falsos argumentos contra a reforma agrária

A reforma agrária constitui condição prévia indispensável para que o processo de construção da nação brasileira assuma um caráter democrático

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

O Brasil tem ou não necessidade de reformar a sua estrutura agrária? A resposta a esta questão depende da ótica do analista. Para os que examinam a realidade do mundo rural pela ótica das elites dirigentes do país, não há no Brasil uma questão agrária a resolver e, portanto, não há necessidade de reformar a estrutura fundiária do país. Para estes analistas, o capitalismo brasileiro está transformando rapidamente a estrutura de propriedade da terra, a economia agrícola e a sociedade rural. Isto é o resultado da modernização tecnológica da agricultura e dos novos tipos de

negócio agrícola – processos que se materializam sem a intervenção do Estado.

Para fundamentar sua tese, esses analistas alegam que a extrema concentração da propriedade da terra – traço característico da estrutura fundiária brasileira – não impediu nem a penetração das relações capitalistas no campo nem a pronta resposta do setor agrícola tanto à demanda interna quanto à internacional. Diante disso, não haveria necessidade de desatar um processo que, como a história comprova, sempre é conflituoso.

Essa visão idílica do campo brasileiro é confrontada com a dura

realidade da fome que castiga a população rural e com a situação de miséria comprovada de cerca de 40% dela. Esses defensores do “status quo” argumentam que tais males não se devem aos defeitos da estrutura fundiária, mas constituem resíduos de períodos anteriores que o dinamismo da modernização capitalista eliminará progressivamente, e que, enquanto o mercado estiver fazendo isso, o que cabe é ajudar essa população com medidas compensatórias de caráter assistencial.

Esta visão do problema agrário brasileiro está subjacente à política do governo atual. Por isso, seu

16% dos proprietários rurais detêm 63% das terras agricultáveis

programa de reforma agrária visa exclusivamente atenuar as tensões sociais ali onde elas podem evoluir para conflitos violentos.

A VISÃO OPOSTA

No pólo oposto dessa visão da realidade do campo encontram-se os que visualizam o problema agrário sob o ângulo do processo mais geral de construção da nação brasileira. Para estes analistas, o Brasil, dispondo de um grande potencial de recursos naturais e de uma economia de grande porte, pode gerar poupança suficiente para sustentar autonomamente um processo estável e contínuo de desenvolvimento econômico e social.

A condição básica para empreender esse projeto, segundo Celso Furtado, consiste na homogeneização social do país. Homogeneizar a sociedade significa reduzir as diferenças abismais que existem entre os padrões de consumo das classes ricas e das camadas pobres da população. Sem que se cumpra previamente essa condição, não se pode falar de democracia e de crescimento econômico sustentado. Para tornar mais homogênea a sociedade é indispensável realizar uma substancial distribuição da riqueza – hoje extremamente concentrada nos patamares mais altos da pirâmide social. Ora, um dos principais fatores da extrema concentração da riqueza é a forma de distribuição da propriedade da terra: 16% dos proprietários detêm 63% das terras agricultáveis, enquanto 84% deles detêm apenas 37% destas.

Propriedade da terra não significa unicamente poder econômico. Possuir grandes extensões de terra significa

igualmente poder social e poder político. A soma de poderes tão grandes em mãos de uma classe de grandes proprietários dá origem a uma estrutura de dominação que esmaga a população rural.

É importante assinalar que essa classe de grandes proprietários inclui tanto o clássico e anacrônico latifundiário como a moderna grande empresa agrícola, uma vez que os administradores desta se comportam no meio rural exatamente do mesmo modo que os velhos latifundiários.

Essa estrutura de dominação, criada diretamente pela concentração da propriedade da terra, gera uma dinâmica econômica e social perversa que causa sobre-exploração da força de trabalho rural e conseqüentemente pauperização crescente da população do campo. Atualmente, o principal fator dessa pauperização é a modernização tecnológica, que está causando desemprego, depressão de salários e inviabilidade das explorações pequenas e médias.

DRÁSTRICA DISTRIBUIÇÃO

Nessas condições, se não se realizar um processo drástico de distribuição da propriedade da terra, não há como reverter o processo de pauperização da população rural. Sem revertê-lo não se pode falar em homogeneização social e, portanto, em democracia e em desenvolvimento econômico e social equilibrado e sustentando.



Conseqüentemente, os setores comprometidos com a democracia e com a construção da nação proclamam a necessidade e a urgência da realização de uma verdadeira reforma agrária. A essência desse programa não pode deixar de ser a desapropriação das grandes propriedades e sua distribuição a milhões de famílias camponesas sem terra. Mas, obviamente, não pode resumir-se a isso.

Uma verdadeira reforma agrária supõe um grande esforço de capacitação, apoio técnico e crédito às famílias assentadas. Ademais, o processo de reforma precisa abranger as cinco milhões de pequenas propriedades que estão sendo sufocadas pela modernização capitalista. Estas unidades produtivas devem ser objeto de ações de capacitação, assistência técnica, crédito agrícola e apoio à comercialização dos seus produtos.

Dentro dessa visão, a reforma agrária constitui uma condição prévia indispensável para que o processo de construção da nação brasileira possa ter prosseguimento e assumir um caráter verdadeiramente democrático.

Plínio de Arruda Sampaio foi secretário nacional de campo do PT e é editor do jornal "Correio da Cidadania"

Informalização no mercado de trabalho e ação sindical

A redução do mercado formal implica uma diminuição do conjunto dos trabalhadores sujeitos à contratação sindical, o que diminui a sua influência relativa

ANTONIO PRADO



A década de 90 marcou uma regressão das condições de inserção no mercado de trabalho. Após cerca de 50 anos de aumento de vínculos de emprego formais nos setores públicos e privados da economia, houve não apenas uma interrupção desse processo, mas um aumento dos vínculos precários e vulneráveis de trabalho.

A estagnação relativa na geração de empregos nos anos 90 reflete um conjunto de condições negativas. O crescimento econômico derrapou a uma taxa média de 1,8% no período, contra 7,5% no pós-guerra, ou seja, quatro vezes menos; a abertura rápida e sem critério da economia, conduzida na ausência de instituições de apoio às exportações e de defesa contra ações de *dumping* dos concorrentes externos, que acabou por desarticular amplos setores industriais; privatizações e desnacionalização de setores-chaves para o crescimento, sem

preocupação com futuros problemas do balanço de pagamentos; abandono das políticas industriais e opção por planos de estabilização fundados na sobrevalorização da moeda e políticas monetárias restritivas; e negligência em relação ao cumprimento da legislação trabalhista.

Na região metropolitana de São Paulo, essas condições limitaram o crescimento dos empregos a um ritmo de apenas 73 mil postos ao ano, enquanto a população economicamente ativa avançou na média de 183 mil pessoas ao ano. Isto gerou um déficit anual de 111 mil postos de trabalho ou de mais de um milhão de empregos no período de 90/99.

EXPRESSÃO CRUEL DO DESEMPREGO

Um mercado de trabalho estagnado e deficitário na geração

de empregos, mas não estático. Sua composição foi sendo gradual e decisivamente modificada. Enquanto o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado passou por um desmoronamento de 3,412 milhões para 2,897 milhões e de empregados no setor público de 631 mil para 609 mil, o número de assalariados sem carteira assinada subiu de 586 mil para 896 mil e de autônomos de 1,004 milhões para 1,506 milhões. Não houve geração de empregos, mas sim uma substituição de empregos protegidos pela legislação e pela ação sindical por empregos vulneráveis, criados à margem da lei trabalhista e da regulação sindical.

Esse fenômeno, ao contrário da visão conservadora, não constitui um colchão amortecedor do fenômeno do desemprego, mas é sua mais cruel expressão. O crescimento do desemprego de longa duração no período nos dá

Vínculos vulneráveis cresceram de 29,9%, em 89, para 43,4%, em 99

uma das chaves para entender por que os trabalhadores são induzidos a aceitar condições cada vez mais frágeis de trabalho. Enquanto em 1990 havia 8% de trabalhadores procurando emprego há mais de um ano, em 99 essa porcentagem subiu para 21,8%.

Nosso seguro-desemprego cobre apenas de três a cinco meses e o FGTS, incluindo a multa, cobre mais dois meses, em média. Desta forma, o desempregado tem alguma proteção por, no máximo, sete meses. Depois, está entregue à própria sorte. Assim, cresce a aceitação por vínculos de trabalho precários, orientados pela mais dura necessidade de sobrevivência. Pesquisas realizadas pelo Dieese indicam que quanto mais longo o período de desemprego, menor é o salário inicial aceito pelo trabalhador.

Os vínculos vulneráveis cresceram de 29,9%, em 89, para 43,4%, em 99. É a medida precisa desse fenômeno de desconstrução do mercado formal de trabalho.

EFEITOS NO SINDICALISMO

Para o movimento sindical essa questão é crucial. Primeiro, porque a redução do mercado formal de trabalho implica na diminuição do conjunto dos trabalhadores sujeitos à contratação sindical, o que diminui sua influência relativa. Segundo, porque essa redução desmonta progressivamente as condições de

O processo de informalização não é inexorável e nem está mecanicamente associado à reestruturação produtiva

financiamento das políticas públicas orientadas ao mercado de trabalho. Quanto maior o mercado informal, menor a arrecadação da previdência social e maior o seu déficit, menor a arrecadação do FGTS e, indiretamente, menor a arrecadação do FAT, pois o "empregador" informal não recolhe outros impostos.

O enfrentamento dessa questão é complexo. Exige a denúncia da ineficácia da ação do Estado em garantir o respeito às leis trabalhistas, que, é bom lembrar, também fazem parte das instituições do país, e a cobrança de políticas de desenvolvimento econômico e social. O crescimento econômico é condição básica para a reversão desse quadro e também para a ampliação da proteção aos desempregados. Com a queda do desemprego em

geral e do desemprego de longa duração, em particular, na presença de um seguro-desemprego mais amplo e de políticas de renda mínima, o trabalhador resistirá mais a aceitar condições vulneráveis de inserção.

A ação sindical nas condições estabelecidas pelo capitalismo é pró-cíclica: amplia-se nas fases de crescimento e se enfraquece nas fases de estagnação. Desta forma, com crescimento econômico, a ação sindical pode ser mais efetiva em pressionar o Estado e as empresas a cumprirem as suas obrigações frente aos direitos trabalhistas.

Por último, é preciso deixar claro que esse processo de informalização não é inexorável e tampouco irreversível e não está mecanicamente associado às mudanças estruturais da produção globalizada. A globalização enfraquece os Estados Nacionais, principalmente de países subdesenvolvidos, mas não implica a aceitação passiva das pressões de flexibilização de fato ou legal do mercado de trabalho.

Antonio Prado é economista sênior do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) e professor de economia da PUC/SP

Porcentagem de trabalhadores em vínculos vulneráveis e de trabalhadores procurando emprego há mais de um ano

Brasil – Regiões Metropolitanas – 1999

| Regiões Metropolitanas | Porcentagem de pessoas em desemprego de longa duração | Porcentagem de vínculos vulneráveis |
|------------------------|---|-------------------------------------|
| São Paulo | 21,8 | 43,4 |
| Belo Horizonte | 21,0 | 41,9 |
| Porto Alegre | 21,6 | 40,1 |
| Salvador | 26,5 | 52,0 |
| Recife | ... | 48,2 |
| Distrito Federal | 31,6 | 43,3 |

Fonte: Dieese/Seade e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego



Vincent van Gogh, *comedores de batatas*, 1885

A brutalização do cotidiano do trabalho

É de fundamental importância que cada vez mais pessoas reflitam sobre os efeitos desastrosos da versão globalizada do capitalismo nas sociedades atuais. E que as reflexões transformem-se em ações de mudança em benefício dos menos favorecidos destas sociedades.

O trabalho pode ser considerado um foco especial destes efeitos, sobretudo nos países considerados ainda em desenvolvimento. Alguns exemplos disso: a terceirização que precariza o trabalho, desestrutura a organização sindical, desestabiliza a identidade profissional e diminui salários; a reestruturação produtiva que “enxuga” as empresas; o desenvolvimento tecnológico que provoca desemprego estrutural e super-exploração dos trabalhadores, que devem ser polyvalentes; a desqualificação da mão-de-obra em função das novas exigências do mercado; dentre outros.

Mas, o que caracteriza esta

O homem-trabalhador-cidadão está cercado pela racionalidade capitalista, o que significa a sua brutalização tanto no trabalho como fora dele

VALQUÍRIA PADILHA

versão globalizada do capitalismo? Vamos refletir sobre alguns pontos que nos interessam mais na abordagem do tema deste artigo. Vale ressaltar que o capitalismo encontra no neoliberalismo e na chamada globalização uma nova estratégia política, econômica e

social para manter-se como sistema hegemônico. Assim, o que vale hoje como referência ao resto do mundo são os valores e modos de vida norte-americanos.

MODO DE VIDA AMERICANO

Nos EUA ou no Canadá podemos dizer que o capitalismo humanizado é vitorioso, enquanto os outros países devem submeter-se às suas regras. Alguns autores já estão se referindo a esse momento como “globocolonização”, uma nova cara para o imperialismo norte-americano. A busca incessante pelo lucro privado – marcada pela competição e concorrência – em detrimento da real satisfação das necessidades humanas é a marca registrada deste sistema que hoje reina todo poderoso no mundo.

Com isso, vem todo um estilo de vida movido pela lógica do capital. Esta perversa lógica aumen-

Brutalização não ocorre só na fábrica; está no trabalho intelectual

ta o individualismo e o egoísmo nas pessoas; estimula o desejo de consumo associando o ter com a idéia de felicidade e de igualdade; seduz as pessoas à banalização dos problemas sociais e econômicos em troca de futebol, entretenimento vulgar e violência gratuita; destrói o meio ambiente em nome do progresso e do desenvolvimento tecnológico; viola os direitos humanos em nome de uma falsa democracia; monta e desmonta a legislação conforme seus interesses.

TRABALHADOR DESCARTÁVEL

O que interessa aqui é chamar a atenção para algo muito importante: a brutalização do cotidiano do trabalho está intimamente ligada à brutalização cotidiana da cidadania. E a racionalidade do capitalismo é o eixo desta ligação. Assim, parece inevitável entender que o capitalismo, cuja lógica é totalizante, não aliena o homem só enquanto trabalhador, mas rouba do homem-cidadão a capacidade de reconhecer suas verdadeiras necessidades, individuais e coletivas. No meu entender, esta é a maior brutalidade que o capitalismo faz com o ser humano – ou seja, o desvia do caminho para o coletivo, para a comunidade, para o bem comum.

Nessa linha de raciocínio, fica mais fácil contextualizar toda a precarização do trabalho que ocorre nesta última década. No Brasil, por exemplo, cerca de 50% dos trabalhadores não têm carteira de trabalho assinada e uma porcentagem ainda maior sobrevive com até três salários mínimos mensais. Vale lembrar: com a eliminação dos direitos trabalhistas conquistados, o trabalhador de hoje não tem garantia de permanência no emprego. Isso faz com que o

Brasil seja o país campeão em rotatividade de mão-de-obra. Cada vez mais percebe-se o jogo cruel das demissões sem justa causa por questões políticas, por envolvimento com sindicatos ou porque o trabalhador reivindica um direito que a lei garante, mas a prática não realiza por falta de fiscalização adequada, por suborno, pela força das propinas e coisas desse nível. Assim, o trabalhador é descartável.

UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

Permito-me valer de uma recente experiência pessoal que pode nos ajudar a refletir sobre como encontra-se o mundo do trabalho. Fui professora em uma instituição de ensino superior privada na cidade de São Carlos (SP) por três anos e meio, lecionando sociologia. Neste tempo de trabalho, fui percebendo o absurdo que é o quadro atual destas instituições de ensino que visam enriquecer os seus proprietários – empresários travestidos de educadores. Transformam a educação numa mercadoria qualquer, tornando estas faculdades “supermercados de diplomas”.

Sempre irregulares em relação à legislação trabalhista e apoiando-se sobre uma pilha de currículos de mestres e doutores desempregados,

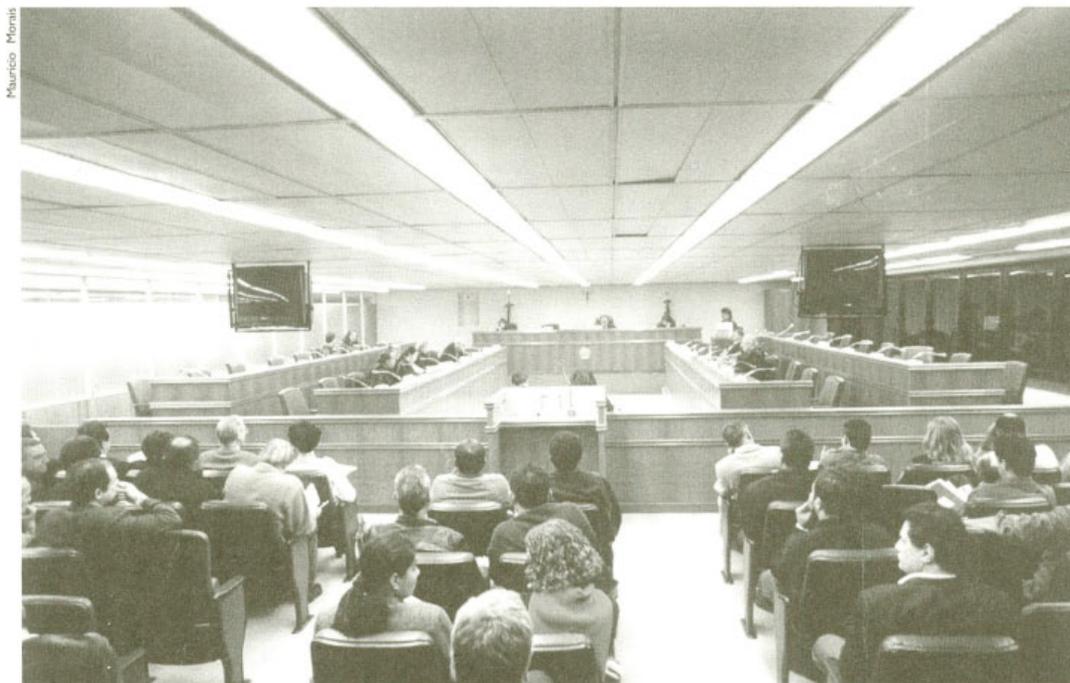
esta instituição construiu uma nova sede na cidade. Desde então, vêm fazendo com que seus funcionários paguem por esta construção, pedindo a colaboração dos professores pela dificuldade financeira por que passa, de forma que temos que aceitar receber férias em agosto ou dissídio coletivo em junho. No mês passado recusei-me a aceitar o pagamento atrasado das férias alegando que não tenho que pagar pela construção do novo prédio. Fui demitida, enquanto os outros professores permanecem calados.

Tudo isso me faz pensar que a brutalização do trabalho não está só no chão de fábrica, nos gestos repetitivos dos operários ou na substituição de trabalhadores por robôs. Ela encontra-se no trabalho intelectual também, na classe de trabalhadores que se gaba pela sua consciência política e pelo *status* que sua profissão lhe confere, mas que não percebe – ou finge não perceber – a destruição de sua cidadania. Estes professores que aceitam fazer parte desta venda de diplomas que enriquecem os capitalistas foram engolidos pelo capital, que subordina o trabalhador à sua lógica destrutiva.

Enfim, gostaria de ressaltar a idéia central de como se dá a ocupação do tempo livre das pessoas que, quando não é sinônimo de desemprego, é reflexo da distinção entre as classes sociais, além de ser preenchido pelo consumismo desenfreado e/ou por programas abomináveis na TV. O homem-trabalhador-cidadão está cercado pela racionalidade capitalista nas 24 horas de seu dia. E isso significa brutalização tanto do cotidiano do trabalho quanto fora dele.

O capitalismo não aliena o homem só como trabalhador, mas rouba do homem-cidadão a capacidade de reconhecer as suas necessidades

Valquíria Padilha é doutoranda em ciências sociais, mestre em sociologia e especialista em lazer pela Unicamp e autora do livro *“Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito”* (Editora Alinea)



Mauricio Morais

Comissões de Conciliação Prévia: mais um passo rumo à servidão

Apoiar a CCP é como marcar gol contra em final de campeonato; a torcida pode até não vaiar o sindicato, mas a classe vai sentir todo o peso da derrota

EMILIO GENNARI

Em janeiro deste ano foi sancionada a lei que cria as Comissões de Conciliação Prévia (CCP). Por este caminho, empresas e sindicatos podem instituir comissões paritárias para tentar chegar a um acordo quanto aos conflitos individuais do trabalho. Seus membros, indicados pelo empregador e eleitos pelos empregados, gozam de estabilidade durante o seu mandato e por um ano após o fim do mesmo.

Uma vez acertada a existência da CCP, toda questão trabalhista terá que ser a ela submetida e o

trabalhador só poderá recorrer à Justiça do Trabalho caso não seja alcançado nenhum acordo. Mas, se houver condições para isso, o patrão é obrigado apenas a pagar os valores indicados pela CCP e, ainda que estes sejam bem inferiores ao que é estabelecido pela lei, o empregado não poderá cobrar a diferença na Justiça do Trabalho.

FALSA APARÊNCIA

Aparentemente, as CCP buscam acabar com as pilhas de processos,

que só no ano de 1999 somaram cerca de 2 milhões de novas ações trabalhistas, e apressar o julgamento dos tribunais. Sabendo disso, não são poucos os dirigentes sindicais que vêem nelas um instrumento para acabar com a demora da Justiça e para fortalecer a presença dos sindicatos e a organização de base nas empresas. Mas, o que se esconde atrás destas aparências que procuram convencer a classe de que a defesa de seus direitos está sendo levada a sério?

Em primeiro lugar, é necessário reconhecer um dado assustador:

Todo direito garantido em acordo ou na legislação poderá ser eliminado

somente dez em cada 100 trabalhadores injustiçados recorrem à Justiça do Trabalho. Isso significa que os milhões de processos que abarrotam os tribunais representam parte insignificante das possíveis reclamações contra os abusos cometidos pelos empresários. Centrar a discussão nas CCP é levar em consideração apenas esta minoria que se recusa a aceitar os desmandos dos seus empregadores.

A grande maioria, 90% da classe, sofre calada. O índice é tão grande porque os patrões das micros, pequenas e boa parte das médias empresas apostam firmes na impunidade de seus atos. No dia-a-dia, o “se não estiver satisfeito, põe a firma no pau”, pronunciado pelos gerentes quando do descumprimento da lei, é sinônimo de “nós já sabemos que você não vai fazer isso ... e que seu sindicato não nos dará o menor trabalho”. Esta situação escandalosa evidencia a fragilidade da ação sindical nas empresas. A questão central, portanto, não é como correr atrás das que burlam os direitos trabalhistas, e sim como organizar os trabalhadores para que eles sejam respeitados.

AFASTAMENTO DAS BASES

Alguns sindicalistas acreditam que a estabilidade garantida aos representantes dos empregados no interior das CCP é um elemento que pode ajudar a viabilizar esta tarefa. A dura realidade, porém, depõe contra esta esperança. Vejamos.

A CIPA é formada nos mesmos moldes previstos para as CCP, trata da prevenção dos acidentes, ou seja, de algo que tanto têm prejudicado milhões de trabalhadores. Apesar de elegermos “gente de confiança”, a grande maioria das CIPAs não

funciona graças ao despreparo de seus integrantes em matéria de saúde do trabalhador e ao não envolvimento dos colegas na percepção da importância de buscarmos juntos respostas de classe às agressões do ambiente de trabalho. No que diz respeito às Comissões de Fábrica, a situação não é muito diferente, pois, apesar de contarem com possibilidades de ação bem maiores, freqüentemente elas têm se tornado um meio para viabilizar a política da empresa entre os funcionários.

Sabendo disso, pergunto: que tamanha ingenuidade nos leva a acreditar que as coisas serão diferentes com as CCP? Para começar, é ou não é verdade que nem todos os diretores do sindicato conhecem sequer o acordo coletivo da categoria e que é menor ainda o número dos que têm noção clara dos direitos que constam na CLT? Não é verdade que, via de regra, o seu descumprimento é considerado “assunto para o advogado resolver” e não motivo de embate político com a empresa? É ou não é verdade que as CCP fortalecem o aspecto individual da solução de um conflito trabalhista em detrimento do seu valor coletivo? Aliás, não é justamente este viés a constituir a maior parte do trabalho dos departamentos jurídicos dos sindicatos?

Levar a sério a organização de base exige desprendimento e sacrifício, não garante o aplauso das massas e demanda ao organizador a vivência cotidiana da exploração do trabalho como condição básica para o envolvimento e a formação política do trabalhador coletivo numa perspectiva classista.

A maioria dos nossos dirigentes nem quer saber disso, busca a liberação do trabalho como condição para exercer seu mandato sindical e a representatividade

pessoal como trampolim para futuras eleições. Neste contexto, a atual situação de afastamento das direções de suas bases, a crescente burocratização dos sindicatos e o gosto amargo de ter que defender a Justiça do Trabalho no lugar das CCP não passam de uma simples consequência de tudo quanto apontamos até agora.

A ARMADILHA DO GOVERNO

Se isso é verdade, por que o governo não deixou as coisas como estavam e aprovou a lei que permite implementar as CCP? Um exemplo vai nos ajudar a encontrar a resposta.

Vamos considerar o caso de um trabalhador demitido ao qual a empresa não quer pagar as verbas rescisórias devidas. A CCP pode chegar à conclusão de que o patrão deve fazer isso em seis parcelas mensais, parte das quais pode ser quitada na forma de mercadorias produzidas pela empresa. Se o acordo for este, ele não só passa por cima dos direitos já estabelecidos em lei, como não poderá ser questionado na Justiça do Trabalho.

Ou seja, a lei que cria as CCP abre caminho para que todo direito garantido em acordo ou legislação vigente possa ser reduzido ou eliminado na relação patrão-empregado com o amparo da própria lei. Por isso, apoiar a criação das CCP é como marcar gol contra durante um jogo de final de campeonato. A torcida pode até não vaiar os sindicatos, mas a classe vai sentir todo o peso da situação.

Emilio Gennari é integrante da equipe do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV) e autor do livro “Sindicato e organização na base — passas e tropeços de ontem e de hoje”

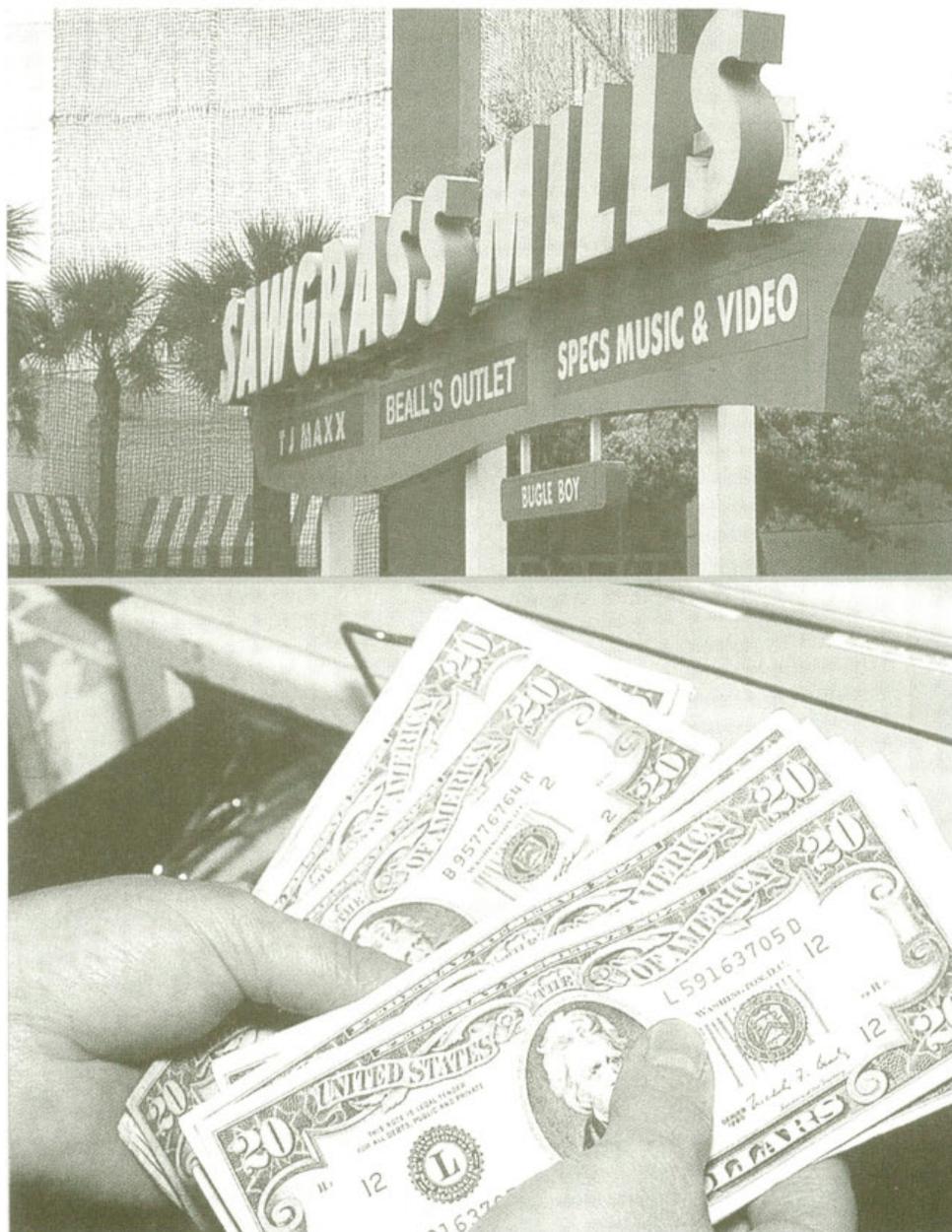
Os mitos da “nova economia”

O termo “nova economia” é mais um clichê, resultado da combinação forçada de computadores, neoliberalismo e “globalização”; é, na verdade, a mais recente quimera do imperialismo

OSVALDO BERTOLINO

A propaganda da “nova economia” começou a ganhar força com a repercussão de um artigo na revista norte-americana *Wired*, especializada em informática, intitulado “O longo boom”. Jane Metcalfe, proprietária da revista, proclamou “um período de prosperidade mundial que deverá durar até o ano 2020”, sustentado pelas novas tecnologias. O falatório sobre o “longo boom” se alastrou logo em seguida ao abalo sísmico econômico que teve como epicentro a Ásia e levou a Rússia e o Brasil a beijarem a lona.

Nem a recente queda vertiginosa da Nasdaq, a bolsa eletrônica dos EUA, decorrente das farras acionárias da “nova economia”, arrefeceu esse ânimo. Até o circunspeto presidente do Federal Reserve, o banco central americano, Alan Greenspan, adotou a teoria do “longo boom” e saiu a campo para fazer propaganda. “Estamos passando por um período de



inovação econômica e testemunhamos seus efeitos dinâmicos na produtividade, renda real e criação de empregos”, disse. E arrematou afirmando que as economias japonesa e européia não gozam do mesmo nível de crescimento, em parte, devido a seus mercados de trabalho “caros e inflexíveis”.

Na 30ª Reunião do Fórum Econômico Mundial, realizada neste ano em Davos, Suíça, a principal conclusão foi a de que o mundo está às portas de um novo ciclo de crescimento, alimentado e dirigido pelas novas tecnologias que gravitam em torno da Internet. Na ocasião, o economista Paul Krugman disse: “O mercado

“Rápida mudança tecnológica proporciona taxas de retorno elevadas; mas

americano parece ter inventado uma fórmula econômica capaz de conciliar crescimento rápido com baixa inflação e pleno emprego. Essa receita baseia-se, sobretudo, nos ganhos de produtividade obtidos com a tecnologia”.

No começo de abril, o presidente Bill Clinton convocou uma emergencial “conferência sobre a nova economia” para discutir como levar adiante “a presente expansão”. O objetivo do encontro foi abordado dessa maneira por Greenspan: “A rápida mudança tecnológica vem proporcionando taxas de retorno excepcionalmente elevadas. Isso pode explicar, em parte, a duração da prosperidade, mas é insuficiente para resolver uma porção de questões”. Entre essas questões pode ser incluída a pergunta de Clinton na conferência: “Como estender os benefícios àqueles deixados para trás?”.

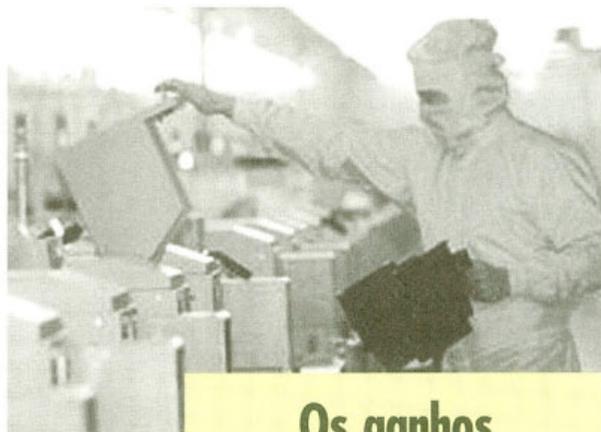
PRODUTIVIDADE PERVERSA

É um fato inegável que o desenvolvimento tecnológico contribui para a elevação da produtividade. A questão é saber quanto. Um estudo recente da OIT diz que em 1997 trabalhou-se nos EUA em média 2 mil horas no ano – contra 1889 no Japão. O economista Lawrence Mischel garante: “A maior parte dos ganhos de produtividade vem do aumento do número de horas trabalhadas. Quando o mesmo número de pessoas trabalha mais horas, pelo mesmo salário, é natural que a produtividade aumente – mas de uma maneira perversa, que nem deveria ser celebrada”.

De fato, para os trabalhadores não há o que celebrar. A economia norte-americana, como todas, vem experimentando taxas de desemprego crescentes desde a década de 50 – após um breve período de queda, durante a Segunda Guerra Mundial, que estancou as demissões em massa decorrentes do *crash* de Wall Street em 1929. Nos anos 50, o desemprego cresceu 4,5%. Nos anos 60, cresceu 4,8%; nos anos 70, 6,2%; e nos anos 80, 7,3%. A diminuição recente destes índices ocorre com o aumento do trabalho precarizado, com menores salários e sem direitos.

Hoje nos EUA o movimento trabalhista, temendo o desemprego, vive sob acusações de defender um “protecionismo retrógrado” para salvar postos de trabalho. As medidas de repressão na fronteira com o México, no entanto, são evidências de que esse receio não é só dos trabalhadores. Segundo a revista “*Caros Amigos*”, desde 1995 estão em curso as operações “La Guardia” e “Rio Grande”, nas quais trabalham 112 mil policiais. Em algumas cidades da fronteira um muro de cinco metros de altura separa os países. Nas operações são utilizados sensores, luzes infravermelhas, TVs com monitores e rádios de alta potência. Entre 93/97 ocorreram 1.183 mortes na fronteira – contra 807 nos 30 anos de existência do Muro de Berlim.

Os protestos nas reuniões da OMC em Seattle, do Fórum



Os ganhos de produtividade vêm do aumento das horas trabalhadas, “da maneira mais perversa, que nem deve ser celebrada”

Mundial em Davos e do FMI em Washington também deixaram claro a desilusão dos trabalhadores com a “nova economia”. A explicação para isso é a lógica do projeto neoliberal. Ao contrário do que dizem os seus propagandistas, ele não abandonou seu velho figurino moldado pelo caquético liberalismo clássico. É um projeto que representa apenas os interesses das classes dominantes – os capitalistas.

CRÍTICA MARXISTA

É nesse contexto que se insere a

Estudo da OIT afirma que, em 97, trabalhou-se nos EUA em média 2 mil

é insuficiente para resolver uma porção de questões”, confessa Greenspan

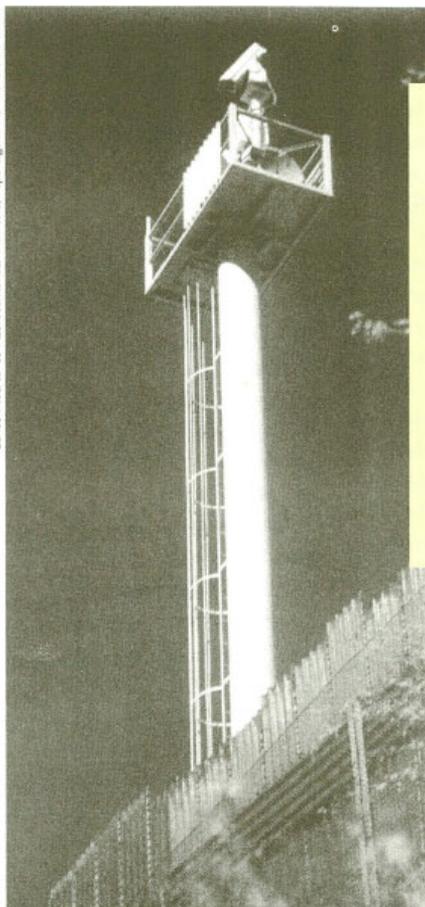
lógica cruel do desenvolvimento tecnológico no modo de produção capitalista. Ele está a serviço da acumulação de capital e não do interesse social. Seu progresso só chega até onde interessa aos donos do capital, como é o caso dessa bolha de espuma representada pelo “longo boom” norte-americano.

Os efeitos desse processo podem ser analisados pelas palavras de Marx, Engels e Lênin. Em “*O Capital*”, Marx aborda o desemprego decorrente do desenvolvimento da maquinaria nesses termos: “Isso dá origem a que a acumulação do capital corresponda a uma acumulação igual de miséria. A acumulação de riqueza num dos pólos determina no pólo oposto, no pólo que produz o seu produto como capital, uma acumulação igual de miséria, de tormentos, de trabalho, de escravidão”.

No artigo “*Do socialismo utópico ao socialismo científico*”, Engels diz: “A maquinaria, o recurso mais poderoso que se pôde criar para reduzir a jornada de trabalho, converte-se (no capitalismo) no mais infalível recurso para transformar a vida inteira do operário e da sua família numa grande jornada disponível para a valorização do capital; ocorre, assim, que o excesso de trabalho de uns é a condição determinante da carência de trabalho de outros”.

Em seu livro “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, Lênin afirma: “Na medida em que se estabelecem, ainda que momentaneamente, preços de monopólio, isso fará desaparecer até certo ponto os estímulos do progresso técnico e, por conseqüência, de qualquer outro

Carlos Alberto de Azevedo/Renata Manifesto, reportagem: “O muro americano”



progresso”. E existe setor da economia mais monopolizado do que a indústria da informática?

PROPAGANDA FALACIOSA

Os fatos deixam bem definido o sentido falacioso da propaganda segundo o qual as novas tecnologias distribuirão pão e mel em abundância. No Brasil, por exemplo, um estudo recente do economista Marcio Pochmann diz que, na nova divisão do trabalho, o país ficou com a produção e os países imperialistas ficaram com o planejamento, o design e o marketing – a parte que, segundo

**Entre 1993/1997
ocorreram 1.183
mortes na fronteira
dos EUA com o
México – contra
807 nos 30 anos
do Muro de Berlim**

ele, proporciona renda maior e empregos de qualidade.

No mundo das mega-fusões tecnológicas não há lugar para todos. Essa propaganda ideológica, que falsifica a realidade diariamente para esconder a real dimensão da crise mundial do capitalismo, merece um duro combate. Quase que diariamente aparecem nas capas de revistas jovens que ficaram milionários com a “nova economia”, a chamada geração “ponto-com.”. É mais uma falácia.

Para cada adolescente que enche o bolso, diz um estudo norte-americano, milhares ralam dia e noite na frente do computador, seduzidos pelo que já se convencionou chamar de “a nova corrida do ouro”. A realidade mais próxima dos jovens brasileiros é aquela cantada pelo grupo Jota Quest, ídolo da juventude: “Macacada reunida/Galera pelejando e dançando/Procurando uma saída (...) Que tá faltando emprego no planeta dos macacos”.

Oswaldo Bertolino é diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

horas no ano – contra 1889 no Japão

RICARDO MARANHÃO

A venda desastrada de ações da Petrobras

O governo federal finaliza providências para vender 18 bilhões de ações ordinárias nominativas da Petrobras, com direito de voto, operação da qual estima auferir receita da ordem de R\$ 8,5 bilhões. Estes papéis representam cerca de 31,7% do capital votante e 18,0% do capital total da empresa.

A idéia é vender todas as ações ordinárias, excedentes às necessárias para o controle acionário da União sobre a Petrobras. Nesta linha de raciocínio, o governo ficaria apenas com 50% das ações ordinárias mais uma ação. Trata-se de mais uma operação irresponsável e entreguista do governo FHC contra a qual não podemos deixar de protestar.

PRIVATIZAR PARA PAGAR JUROS

Ela é semelhante a tudo o que se fez até aqui no programa de privatização: vender o patrimônio público para pagar juros! Desde 1990, quando as privatizações se iniciaram, foram vendidas mais de 110 empresas estatais de diversos segmentos e a dívida multiplicou por 20! O que se pretende arrecadar com as ações da Petrobras não paga um mês de juros da dívida interna! O orçamento da União prevê R\$ 140 bilhões para o pagamento de juros em 2000 (cerca de R\$ 12 bilhões ao mês).

Nos próximos anos, a Petrobras terá lucros excepcionais e o governo está abrindo mão dos mesmos ao se

desfazer das ações. No primeiro trimestre deste ano, a companhia apurou um lucro de R\$ 2,3 bilhões; estima-se que o anual deverá situar-se entre R\$ 7 e R\$ 10 bilhões. Os 18% do capital da empresa que o governo quer vender ensejariam o recebimento de dividendos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, somente este ano. Os técnicos da companhia estimam que ela lucrará R\$ 58 bilhões no período de 2000/2005.

Os lucros elevados decorrem das alterações introduzidas na sistemática de remuneração da companhia. Até bem pouco tempo, ela recebia apenas US\$ 8.00 por barril de óleo nacional e R\$ 0,08, por litro de gasolina vendido. Hoje recebe, respectivamente, US\$ 25.00 e R\$ 0,43. A rentabilidade elevada nos próximos anos também é garantida pela maturidade tecnológica da Petrobras, que colhe os resultados de pesados investimentos feitos no passado.

O mercado acionário, atento a estas perspectivas (que só o governo não as considera), responde com uma valorização das ações da empresa superior a 150% nos últimos 12 meses. Cabe perguntar: quanto vale a marca Petrobras? Quanto vale o mercado brasileiro de derivados de petróleo, de 1,8 milhão de barris/dia? Quanto valem as nossas reservas de óleo, da ordem de 17 bilhões de barris, com o petróleo cotado nos mercados internacionais a US\$ 31.00/barril?

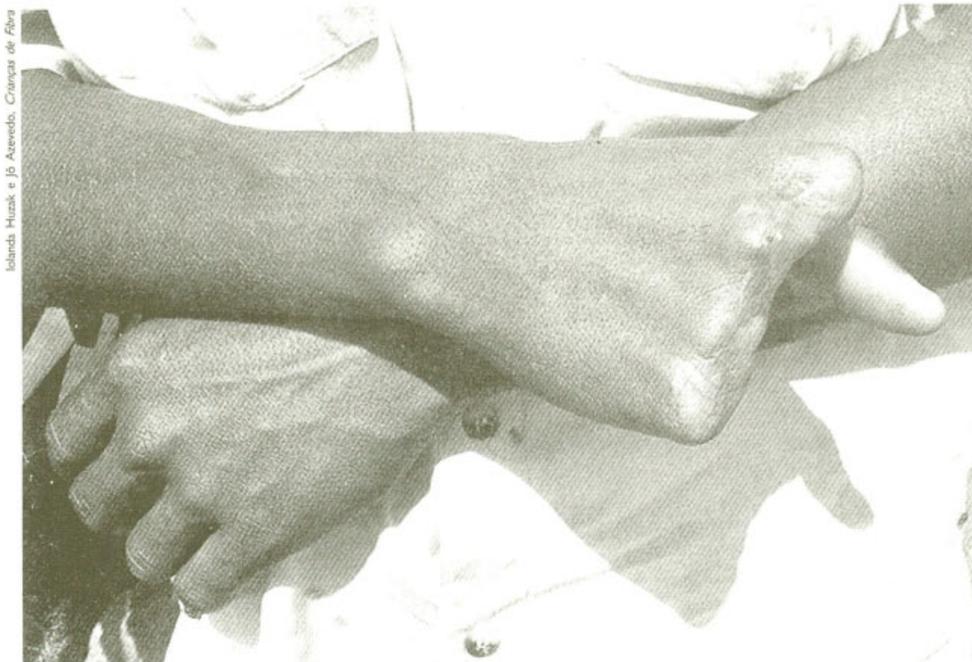
OPERAÇÃO ENTREGUISTA

Ademais, o controle pelo governo de apenas 50% das ações votantes, mais uma, é precário e incerto, havendo grave risco da venda representar, na prática, a privatização da Petrobras – em flagrante descumprimento ao compromisso, formal e escrito, assumido por FHC. Com efeito, o artigo 111 da lei 6404 (Lei das S.A.), em algumas circunstâncias confere o direito de voto às ações preferenciais, que o governo não controla, o que já ensejaria a privatização da empresa.

Esta operação é tão controversa que até mesmo parlamentares ligados ao governo a ela se opõem, como é o caso do senador Álvaro Dias (PSDB/PR), que apresentou projeto proibindo a venda das ações. Para rejeição do projeto, foram mobilizados nada menos de cinco ministros de Estado, realizados jantares e utilizadas pressões de todos os tipos para derrotar o senador, que agora luta pela apreciação do seu projeto no plenário do Senado.

Por tudo isto, e por muito mais, a venda de ações da Petrobras é uma operação desastrada, lesiva aos interesses do país, entreguista. Burra demais para ser, apenas, burrice!

Ricardo Maranhão é engenheiro, ex-deputado federal pelo PSB/RJ e conselheiro da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)



Islands Huzak e João Azeredo, Campanha de Fibra

O drama dos acidentes de trabalho no Brasil

Os instrumentos para diminuir, sem manipulação, o registro de acidentes já existem; faltam vontade política e boa dose de mobilização da sociedade

CARLOS APARÍCIO CLEMENTE

A cada 21 acidentes registrados pela Previdência Social brasileira, um trabalhador morreu ou ficou mutilado no ano de 1998. Naquele mesmo ano, pelas mesmas contas oficiais, a cada dia útil de trabalho, mais de 62 operários tiveram o mesmo destino. E a Previdência só abriga informações de 33% da População Economicamente Ativa (PEA) do país.

O anuário de estatísticas do trabalho de 1999, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), permite comparar diferenças de registros de acidentes fatais entre o Brasil e alguns países:

| País | Mortes a cada 10.000 acidentes |
|----------|--------------------------------|
| Brasil | 113 |
| México | 36,56 |
| Canadá | 23,19 |
| Itália | 14,22 |
| Alemanha | 12,91 |
| França | 11,74 |

São Paulo, o Estado mais rico da Federação, registra quase a metade dos acidentes do país. Quando se compara o registro da Previdência Social ao da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, verifica-se que os acidentes estão matando

quatro vezes mais que as chacinas, fenômeno que se repete há quatro anos. E todos sabem que os acidentes ocorrem quase sempre à luz do dia, enquanto chacinas são produzidas na emboscada, à noite e de madrugada.

Apesar de representar um verdadeiro flagelo social, seja pela repetição das mesmas causas de lesões plenamente evitáveis, seja pelo alijamento precoce do mercado formal de trabalho de milhões de brasileiros, nossa sociedade convive com naturalidade com esta brutalidade, aceitando estes registros como mais um subproduto do próprio trabalho.

TRÊS CASOS DRAMÁTICOS

Fugindo um pouco das comparações numéricas, que são extremamente frias, gostaria de citar três situações ocorridas na mesma cidade de Cotia, na Grande São Paulo, em momentos diferentes:

Caso 1 – 1985: “Fábrica vira câmara de gás”. Com este título, o jornal *Tribuna da Luta Operária* dedicou uma página inteira à denúncia do trabalho de crianças e adolescentes que trabalhavam na galvanoplastia Aramearte. Pouco tempo depois, o patrão transferiu sorrateiramente as instalações para outro lugar na periferia da capital paulista, abandonando aqueles trabalhadores mirins. Nada lhe aconteceu!

Caso 2 – 1993: No mês de abril, três trabalhadores (um deles com 15 anos de idade) foram vítimas de explosão numa pequena fábrica de gaiolas; tiveram queimaduras de terceiro grau e foram transportados de Cotia para Curitiba onde conseguiram internação no Hospital Evangélico, como indigentes, a 400 km de distância. Todos os hospitais de São Paulo, incluindo o Hospital das Clínicas da USP, negaram-lhes internação. Após o episódio, um dos rapazes foi assassinado e os dois sobreviventes guardam marcas vitalícias pelo corpo e rosto inteiros. Um deles recebe cerca de R\$ 80,00 da Previdência. O empresário nada sofreu. Os dois estão fora da empresa.

Caso 3 – 1997: No mês de março, um juiz do Fórum de Cotia, ao julgar um pedido de indenização, no qual o metalúrgico reivindicava pensão mensal do INSS por perder o movimento do dedo por acidente de trabalho, negou o pedido, assim decidindo:

“Na verdade, como o autor esclareceu, está trabalhando e, pelo que consta, não é fato comprovado

que sua capacidade física foi efetivamente diminuída pelo acidente, até porque o dedo lesado, o mínimo, muito pouca utilidade tem para a mão e, por muitos estudiosos em antropologia física, é considerado um apêndice que tende a desaparecer com a evolução da espécie humana”.

Naquele momento, o trabalhador já estava desempregado. Depois de muita luta, recebe hoje da Previdência cerca de R\$ 150,00 depois da sentença daquele juiz ser derrubada no 2º Tribunal de Alçada Civil. O rapaz conseguiu emprego como fiscal de ônibus.

A quase totalidade das vítimas dos acidentes de trabalho faz parte da população que ganha até três salários mínimos. Ela fica fora da preocupação das ações dos órgãos públicos em geral e, até mesmo, de muitos sindicatos de trabalhadores.

No setor de construção civil, dificilmente morrem engenheiros, mestres de obra ou proprietários de construtoras por quedas, soterramento ou eletrocução. Mas não existe um único dia em que os jornais da Grande São Paulo deixem de registrar mortes ou acidentes graves de operários nestas situações. Olhando para a metalurgia, 48% dos acidentes atingem dedos e mãos de trabalhadores prestistas ou operadores de guilhotinas, que ganham os menores salários da categoria, operando máquinas de 30 a 60 anos de uso.

No Brasil, 500 mil dedos são decepados anualmente, sem que se pare para dar um basta a esta situação. Se houver vontade política, este quadro mudará. Nos últimos 10 anos, mais de 40.500 segurados da Previdência morreram trabalhando. Poucos se preocuparam com eles ou seus familiares.

Mas há alguns anos ocorreu a morte do ministro Sérgio Mota, muito amigo do presidente

Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Saúde, José Serra. Ele teve complicações respiratórias num estágio de sua doença e, durante a fatídica internação hospitalar, os médicos que o assistiam levantaram a hipótese de seu quadro de saúde ter se agravado em decorrência da qualidade do ar condicionado que respirava em seu gabinete ministerial. A partir daquele momento, o tema foi pauta da imprensa e após a sua morte foi produzida portaria ministerial regulamentando a garantia da qualidade do ar neste tipo de ambiente.

Bastou morrer um amigo do poderoso chefe para que se tomassem iniciativas boas para esta faixa de trabalhadores. Mas aqueles que respiram amianto, sílica e outros produtos cancerígenos ficam esquecidos. A propósito, o amianto, já banido em mais de 20 países do mundo, estará sendo proibido no Brasil porque o próprio empresariado do setor posicionou-se este ano favoravelmente à proibição, fazendo coro com o ministro do Meio Ambiente e parcela de ambientalistas e do movimento sindical.

Podemos lançar mão de diversos instrumentos já existentes – e que estão criando teia de aranha – para diminuir, sem manipulação, os registros de acidentes de trabalho no país. A legislação, os organismos de fiscalização e as medidas punitivas para os responsáveis já estão postas. Falta apenas vontade política e boa dose de mobilização da sociedade. A grande negociação para a mudança desse quadro se instalará no momento em que a sociedade exigir dos atores sociais o respeito ao direito à vida. A vida de quem constrói a riqueza desta nação.

Carlos Aparício Clemente é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco/SP e especialista em doenças ocupacionais e acidentes do trabalho

90 anos da Revolta da Chibata



Em 22 novembro de 1910, os marinheiros do encouraçado Minas Gerais, liderados por João Cândido, tomam o navio de guerra e exigem a “abolição dos castigos corporais”

AUGUSTO BUONICORE

Durante todo o ano de 1910, os ânimos dos marinheiros estavam bastante exaltados devido aos baixos salários, péssimas condições de trabalho e aos maus tratos sofridos à bordo dos navios de guerra. No início de novembro, um novo ato de brutalidade acende o estopim da revolta. Um marinheiro do encouraçado Minas Gerais recebeu 250 chibatadas diante da tripulação. Não agüentando o martírio, desmaiou e mesmo assim a punição barbara continuou até que se completasse a sentença determinada pelo comandante do navio.

Então, na noite de 22 de novembro, a corneta que deveria dar o toque de silêncio deu o de avançar. Esta foi a senha dos revoltosos. A revolta se iniciou no encouraçado Minas Gerais e rapidamente se espalhou pelas belonaves São Paulo, Bahia e Deodoro. Os marinheiros formaram um comando geral da insurreição e João Cândido tornou-se o seu principal líder. De simples marinheiro, filho de ex-escravos, passou a ser o comandante em

chefe da poderosa esquadra de guerra e cumpriu com maestria sua tarefa. Começou aí a lenda do “Almirante Negro”.

Os marinheiros enviam um memorial ao presidente da República exigindo retirada dos “oficiais incompetentes e indignos de servir a nação brasileira”, fim da chibata e aumento dos soldos. Em seguida, reduzem o pleito a dois itens: “abolição completa dos castigos corporais” e “anistia geral”.

“MESTRE-SALA DOS MARES”

Uma das frotas mais poderosas do mundo estava às portas da capital da República e não havia como lhe impor a rendição. As manobras realizadas pelos navios chamavam a atenção do povo carioca. Os marinheiros manobravam com incrível perícia, sem a ajuda dos oficiais. Autores da época falavam das evoluções, das curvas complicadas e das piruetas dadas pelos navios liderados por João Cândido, o que levou um compositor popular a dar-lhe o justo título de “mestre-sala dos mares”.

Parlamentares ligados ao governo e à oposição buscavam intermediar a crise. Mas setores da oficialidade da marinha exigiam uma postura mais dura do governo e recusavam aceitar qualquer negociação. A ameaça de confronto armado faz com que a população busque fugir da cidade rumo ao interior. No Congresso Nacional,

com a finalidade de acabar o impasse, o senador Rui Barbosa apresentou uma proposta de projeto de anistia para os marinheiros. Vários parlamentares propunham que a anistia só fosse aprovada após a rendição e o desarmamento dos rebeldes.

No exato momento da votação do projeto, chegou uma falsa notícia de que os rebeldes haviam se declarado arrependidos e deposto as armas. Os governistas passaram a defender então a aprovação do projeto, visto que não havia mais a situação de coação sobre o governo. Por fim, a anistia foi promulgada pelo presidente da República. A revolta terminou em 26 de novembro, quando os marinheiros devolveram os navios aos oficiais designados pelo governo.

A VIOLÊNCIA DA REAÇÃO

As forças reacionárias não aceitaram a saída negociada, encarada como uma concessão inaceitável à “desordem e a anarquia”. O Clube Naval manteve a bandeira nacional a meio mastro em protesto contra a anistia. O próprio governo, sentindo-se humilhado, preparava, nas sombras, a sua vingança contra os marinheiros.

Dois dias depois do fim da revolta, é publicado um decreto presidencial que autoriza a exclusão sumária dos marinheiros “cuja permanência se tornar inconveniente a disciplina”. Estava dado o sinal verde para que os oficiais realizassem a limpeza dos marinheiros indesejáveis. Mas isto ainda era pouco para a oficialidade reacionária, que fora desmoralizada pela revolta dos marinheiros.

Cresciam os boatos de uma possível rebelião no Batalhão Naval. Em 9 de dezembro, alguns fuzileiros navais deram vivas à liberdade e foram acompanhados por outros marinheiros. Tropas governamentais, sem demora,

João Cândido, filho de ex-escravos, passa a comandar a poderosa esquadra de guerra; daí a legenda do “Almirante Negro”

passaram a bombardear o batalhão. A maioria dos navios sublevados em novembro não aderiu ao protesto.

Não conseguindo sustentar batalha tão desigual, os rebeldes acenam a bandeira branca. O governo não aceita a rendição e continua o seu ataque. Aproveitando-se da situação, exige do parlamento a decretação do estado de sítio, que é aprovado por unanimidade. Embora não estivessem envolvidos com o levante do Batalhão Naval, os principais líderes da Revolta da Chibata acabaram sendo presos. Era o fim da anistia e o começo do calvário de João Cândido e de seus companheiros.

Mais de 600 pessoas foram presas. Entre elas, incluíam-se os marinheiros sublevados, militantes operários e pequenos marginais. Esta era a limpeza tão sonhada pelos setores conservadores da sociedade brasileira.

Em 25 de dezembro, centenas de pessoas foram amontoadas no cargueiro “Satélite” e deportadas para região amazônica. Vários dos marinheiros embarcados tinham assinalados na frente de seus nomes uma estranha cruz. Em pleno mar esses homens, em número de nove, foram executados, sem julgamento. Duzentos prisioneiros foram entregues à Comissão Rondon e o restante aos proprietários de seringais. Grande parte não sobreviveria a malária e aos trabalhos forçados.

CALVÁRIO DE JOÃO CÂNDIDO

Sorte ainda mais sombria caberia a João Cândido. Não embarcaria no “Satélite”, mas seria enviado às masmorras da ilha das Cobras. Ele e mais 17 companheiros foram enfiados numa pequena cela subterrânea, mal iluminada e mal ventilada. Na noite de Natal, os carcereiros jogaram água com cal na cela lotada. Durante a noite ouviram-se gritos abafados. Na manhã seguinte, quando a cela foi aberta, 16 marinheiros estavam mortos; apenas dois sobreviveram, entre eles João Cândido.

Mesmo após a retirada dos cadáveres, João Cândido ainda ouvia os gemidos de seus companheiros mortos. “A cena dantesca jamais saiu dos meus olhos”, afirmaria mais tarde. Após alguns meses de delírio, ele foi removido ao Hospital de Alienados e depois novamente enviado à masmorra úmida.

Liberto, após dois anos de calvário, gravemente doente, com os pulmões atacados pela tuberculose, excluído da Marinha de Guerra e sem encontrar emprego, ingressou na mais profunda miséria. João Cândido teria ainda uma breve aparição durante o levante dos marinheiros no início de 64. Após o golpe militar, ele volta ao ostracismo até a sua morte em 1969, aos 89 anos de idade.

Apesar de todo esforço, as forças reacionárias não conseguiram apagar a memória de João Cândido e de seus feitos. Hoje a Revolta da Chibata já consta de todos os bons livros de história do Brasil e o “Almirante Negro” já compõe o panteão dos heróis do povo brasileiro.

Augusto Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

Refluxo e mutações do sindicalismo

Na segunda parte do seu artigo, o autor critica as premissas que embasam a tese de Leôncio Martins Rodrigues sobre a decadência histórica irreversível do sindicalismo

ARMANDO BOITO JR.

Comentamos no número anterior de *Debate Sindical* o livro de Leôncio Martins Rodrigues intitulado *Destino do Sindicalismo*. Nele o autor constata um recuo da organização e da atividade sindical nos países centrais. Analisando esse recuo, avança a tese de que o sindicalismo desses países teria entrado num período de *decadência histórica irreversível* devido às *transformações econômicas* dos últimos trinta anos.

A tese de Martins Rodrigues está ligada à teoria sociológica que utiliza. Estaríamos vivendo hoje, não uma fase da economia e da sociedade capitalista, mas a transição de uma “sociedade industrial” para uma “sociedade pós-industrial” ou “sociedade de serviços”. Justamente essa transição

Alexandre Machado



Nos EUA, a greve dos 200 mil funcionários UPS, em 97, e a greve dos 90

seria a causa da decadência do sindicalismo. À página 301, o autor conclui: “As características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical”.

De nossa parte, argumentamos que o correto seria caracterizar este recuo como uma fase de refluxo e de mutação do sindicalismo. Os dados mostram que a organização e a luta sindical entraram em refluxo nos anos 80, tomando como base de referência os anos 70. Mas, pensando em períodos mais longos, que é o que se deve fazer quando se pretende fundamentar prognósticos de longo prazo, constatamos que os índices de sindicalização e de greve têm se mantido, na maioria dos países europeus, num patamar igual ou superior ao da década de 1960. Ou seja, o movimento sindical da “sociedade pós-industrial” não recuou para um nível de organização e de luta inferior ao da “sociedade industrial”.

Agora, quero tecer algumas considerações sobre as explicações que Martins Rodrigues oferece para o recuo da organização e da atividade sindical no período recente.

A QUESTÃO DOS SINDICALIZÁVEIS

O primeiro argumento de Martins Rodrigues é que na “sociedade pós-industrial” o emprego diminui onde o sindicalismo é forte e cresce em setores e atividades sem propensão à sindicalização.

É fato bastante conhecido que nos países de capitalismo avançado alguns setores com alto nível de

organização e de ativismo sindical sofreram uma drástica redução dos postos de trabalho ao longo das últimas décadas e que, alguns deles, perderam importância estratégica na economia. Mineiros, metalúrgicos, portuários e ferroviários viram desbaratar-se um acúmulo de décadas de organização. Os novos setores em que cresce o emprego e que ganham importância econômica também precisarão de tempo para se organizar sindicalmente. Tanto mais que, ao contrário dos trabalhadores mais organizados da fase anterior, eles iniciam sua luta numa conjuntura política muito desfavorável, marcada pela ofensiva imperialista e neoliberal em escala internacional.

Na atualidade, um numeroso e amplo setor de trabalhadores no ramo de serviços poderá integrar a classe operária

A história do sindicalismo está repleta de setores aparentemente pouco propensos à sindicalização que, em determinadas condições históricas, passaram massivamente à luta sindical.

O primeiro setor que pareceu incapaz de se sindicalizar foi – é importante lembrarmos isso hoje em dia – a massa de trabalhadores não qualificados do setor industrial

e de serviços. Ao longo do século XIX e, em alguns países, até início do século XX, o sindicalismo foi um movimento dos trabalhadores qualificados, verdadeiros “artesãos assalariados”. A incorporação da massa de trabalhadores do setor industrial aos sindicatos dependeu de muita luta e gerou crises no movimento sindical, pois os trabalhadores qualificados queriam manter a exclusividade da organização sindical.

Olhando para a história mais recente, temos o caso do processo de incorporação da classe média ao sindicalismo. Quem, na década de 50, atribuiria uma alta propensão à sindicalização a trabalhadores como professores, médicos e servidores públicos? Esses mantinham-se indiferentes ou resistentes ao sindicalismo. Tinham uma postura elitista e viam esse movimento como algo apropriado aos trabalhadores manuais, não à classe média. Hoje, o sindicalismo da baixa classe média, com suas particularidades, é um setor amplo e ativo do movimento sindical em escala mundial.

POTENCIAL DE RESISTÊNCIA

Vivemos numa sociedade capitalista, não numa sociedade “pós-industrial” ou “de serviços”. No capitalismo, o objetivo da produção é a acumulação de capital com base na exploração do trabalho alheio, seja na indústria, seja nos serviços. Só quando se oculta esse fato, como o fazem os conceitos de sociedade “industrial” e “pós-industrial”, pode-se subestimar a potencialidade de resistência do trabalhador. No capitalismo, o

Só quem oculta o fato de vivermos no capitalismo, como os que falam em

mil trabalhadores da Verizon são indícios do poder do setor de serviços

trabalhador é explorado, trabalha coletivamente, possui liberdade pessoal e vincula-se ao processo produtivo através de um contrato de trabalho.

Todos esses fatores permitem e podem até estimular a organização sindical. Claro que há pré-condições. O tempo de maturação é um fator importante. Outro é a situação política. Mas, apesar da existência recente e do momento político desfavorável, em alguns dos novos setores de serviço já surgem importantes manifestações sindicais.

Na Europa, o declínio relativo do movimento sindical dos ferroviários vem sendo acompanhado por um crescimento rápido do sindicalismo dos caminhoneiros assalariados, que, em mais de uma greve na segunda metade dos anos 90, bloqueou o transporte rodoviário em todo o continente. Nos EUA, a greve prolongada e vitoriosa dos 200 mil funcionários da United Parcel Service (UPS) em 1997, empresa de entregas que vem crescendo justamente devido a expansão das vendas pela Internet, e a atual greve dos 90 mil funcionários da telefônica Verizon, o maior empregador do ramo das comunicações no país, são alguns dos indícios de que os assalariados do novo setor de serviços podem sim colocar em pé poderosos movimentos sindicais.

O proletariado não se restringe à indústria. Os trabalhadores dos portos e do transporte ferroviário, que construíram um poderoso sindicalismo, não faziam parte do proletariado industrial. Formavam, para retomarmos uma expressão de Mao Tsé-Tung, um “proletariado

de serviços”. Hoje, está se desenvolvendo um amplo e numeroso setor de trabalhadores no ramo de serviços que, pela sua situação de trabalho e pelo seu nível salarial, poderá integrar a classe operária – a posição na estrutura econômica define potencialmente uma classe, mas suas fronteiras reais se definem através da luta política em condições históricas determinadas.

FRAGMENTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA?

Em segundo lugar, Martins Rodrigues argumenta que estaria ocorrendo um processo crescente de heterogeneização e fragmentação das classes trabalhadoras, o que tornaria cada vez mais difícil unificá-las num movimento coletivo. Esse é um argumento muito difundido. Ele foi levantado por Claus Offe em meados dos anos 80 e, como relata o próprio Martins Rodrigues, foi desenvolvido também por outros autores norte-americanos e europeus. Além disso, alguns

A unificação política dos trabalhadores não é um mero reflexo da sua situação no local de trabalho



Greve na GM paralisou todas as unidades nos EUA

autores de esquerda encamparam e difundiram essa tese. Como já tivemos oportunidade de comentar esse problema em números passados da **Debate Sindical**, seremos breves.

Os trabalhadores assalariados nunca formaram, no plano econômico, um bloco homogêneo. Mesmo se considerarmos apenas a classe operária, formada pelos assalariados manuais, a homogeneidade nunca existiu. O que unifica no plano da organização política e sindical a classe operária e demais classes trabalhadoras é a luta política em condições históricas (econômicas, políticas e ideológicas, nacionais e internacionais) favoráveis. A unificação política dos trabalhadores, que cria o movimento operário e sindical, não é mero reflexo de sua situação econômica no mercado e no local de trabalho.

Na fase atual do capitalismo, aprofundou-se, de fato, uma divisão econômica muito importante. Cresceu aquilo que Marx denominou população sobrando. Desemprego de longa duração, de

sociedade “pós-industrial”, subestima a resistência do trabalhador

História está repleta de setores não orgânicos que aderem ao sindicato



Paralisação em empresa de telefonia dos Estados Unidos: adesão do setor de serviços

curta duração, emprego precário e em tempo parcial, subemprego: todas essas situações são manifestações diferenciadas de um mesmo movimento de fundo. Esse aumento da população sobrando está desorganizando, de fato, o movimento operário e sindical. Mas a situação política e ideológica também conta para isso. Na Alemanha dos anos 20, na França e nos EUA dos anos 30, o desemprego foi um fator que estimulou a resistência e a luta dos trabalhadores.

Há também fragmentações econômicas que são antigas e que a presente situação tornou importante no plano da organização e da luta política e sindical. As divisões entre os trabalhadores do setor público e do setor privado, ou aquelas que dividem os operários do setor automotivo (operários das montadoras, operários da indústria de autopeças, etc.), repercutem hoje com mais força e de modo novo no plano da organização graças à ofensiva ideológica do privatismo neoliberal e à concorrência que se instaurou entre

os operários. Ou seja, a conjuntura econômica, política e ideológica sempre incide sobre as fragmentações econômicas existentes entre os trabalhadores, potencializando-as ou inibindo-as no terreno da organização e da luta política e sindical.

Mas é necessário lembrar que, na etapa atual, não existe uma tendência unilinear à fragmentação no seio das classes trabalhadoras. Há também movimentos na direção oposta. Grande parte da classe média aproximou-se da condição operária: trabalho simplificado e controlado, desemprego e degradação salarial. Esse foi um dos fatos que contribuiu para que, ao longo das últimas décadas, ocorresse um processo de aproximação da baixa classe média com o movimento operário. De uma postura elitista e anti-sindical, grande parte da classe média passou a integrar o sindicalismo.

REFLUXO E MUTAÇÃO

O movimento sindical sofreu um recuo no plano da organização

e das lutas. Esse recuo deve ser considerado um refluxo, não a decadência histórica do sindicalismo. Suas causas são as condições econômicas, políticas e ideológicas da conjuntura atual. Esse refluxo, que parece já ter superado o seu ponto mais crítico, vem acompanhado de importantes mutações do sindicalismo. Declinou o sindicalismo de antigos setores operários, tanto da indústria (siderurgia, metalurgia), quanto dos serviços (portos, ferrovias). Está crescendo o sindicalismo do novo proletariado de serviços. Parece consolidado, pelo menos a médio prazo, o sindicalismo de classe média, principalmente no setor público.

Observando particularmente o hemisfério sul, cabe acrescentar que em inúmeros países asiáticos, graças ao vertiginoso processo de industrialização dos últimos anos, só agora o sindicalismo da indústria vem dando os seus primeiros passos. Ele tem todo um futuro pela frente. Na América Latina, o desemprego crescente, sem o amparo mínimo de um Estado de bem-estar, está fazendo surgir ou ressurgir movimentos populares de vários tipos – como o de desempregados e de sem-tetos. Volta a ganhar importância também o movimento camponês. Sustentar que o movimento sindical tem futuro não significa ignorar as lutas populares emergentes. A esquerda deve valorizar esses movimentos, que podem, junto com o sindicalismo, acumular forças para recomeçar a luta antiimperialista e anticapitalista.

Armando Boito Jr. é professor de ciência política no Unicamp/SP e autor do livro *"Política neoliberal e sindicalismo no Brasil"* (Editora Xamã)

O maior drama da juventude

Muito bem-vindo a contribuição de Marcio Pochmann, em “A batalha pelo primeiro emprego”, que nos remete a uma das faces cruéis do desemprego: o desemprego na juventude. Neste livro se evidencia, como apontado pelo autor na introdução, que “o primeiro emprego, por ser uma questão-chave tanto na decisão individual do jovem quanto na perspectiva familiar, tem repercussões nacionais significativas, representando uma nova transição na sociedade moderna”.

A juventude tem sofrido com maior intensidade o problema do desemprego. Só na década de 90, ele atingiu “quase 1,8 milhões de jovens”. Alguns dados da ONU, de 99, relacionados no livro, apontam que nossos jovens encontram-se “no segundo lugar do ranking do pessimismo, atrás apenas da Colômbia. Essa triste informação advém da constatação de que a cada 10 jovens brasileiros, sete acreditam que não vão ter condições de viver e trabalhar melhor do que seus pais”.

De acordo com o autor, a maior parte dos novos problemas vividos pelo jovem no mercado de trabalho surge das profundas transformações ocorridas na economia brasileira nos anos 90. A regressão nas formas da contratação da mão-de-obra, surgidas nos anos 80 e sobretudo nos anos 90, aliou desemprego e “desassalariamento”, consolidando assim um cenário bastante desfavorável a toda população ativa, mas atingiu mais duramente segmentos mais frágeis, como jovens, mulheres e idosos.

Embora, com relação às ocupações em declínio nos anos 90, sejam “registradas perdas substanciais no setor industrial e nos vínculos administrativos responsáveis por maiores salários e maiores demandas de escolaridade e



A batalha pelo primeiro emprego.
Marcio Pochmann,
 Editora Publisher
 Brasil, São Paulo,
 2000

POR ANTÔNIA RANGEL

especialização”, o autor ressalta que a “democratização do ensino é urgente e inadiável”. Para ele, “a educação tende a ser cada vez mais associada ao requisito necessário de inserir efetivamente o jovem na sociedade. Sem isso, o gueto e a exclusão transformam-se nos marcos do novo século”.

Em sua análise, Pochmann levanta que “as economias desenvolvidas têm utilizado cada vez mais o dispositivo de alongamento da inatividade como alternativa de elevação do conhecimento e da cultura dos jovens”, e que “no ingresso do novo milênio, a faixa etária de 15 a 24 anos, tende a representar aproximadamente 10% do tempo de vida do brasileiro. Apesar de significar menos participação no tempo de vida total das pessoas, essa faixa etária não deixa de ser estratégica do ponto de vista individual e da perspectiva de uma

nação. É na juventude que se conforma uma estratégia mais clara do tempo livre e da trajetória ocupacional do ser humano”.

O autor acrescenta que uma “estratégia nacional pelo primeiro emprego do jovem deve levar em consideração, em primeiro lugar, a necessidade do crescimento econômico sustentado por um período relativamente longo de tempo, especialmente no Brasil que tem cerca de 1,5 milhão de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho e com perspectivas de pressão significativa de expansão da população ativa ainda para esta próxima década. Sem isso, as necessárias medidas direcionadas ao ingresso da juventude no mercado de trabalho tornam-se insuficientes, parcialmente compensatórias e relativamente parciais”.

Em sua conclusão, ressalta que o “jovem requer espaço e oportunidade para viver o seu tempo, munido de condições suficientes tanto para ampliar o tempo de não-trabalho, associado ao processo educacional, bem como uma melhor preparação para o ingresso em condições adequadas no mercado”. Na sua opinião, “a ação que pode resolver essa situação passa necessariamente pela reformulação das políticas públicas e da modificação da sociedade”.

Sem isso, a trajetória da juventude continuará sendo marcada pelo crescente aumento da violência, a degradação de sua sexualidade “e o maior tempo de analfabetismo, não mais somente o da língua portuguesa, mas, principalmente, o do desconhecimento das inovações tecnológicas e informacionais”.

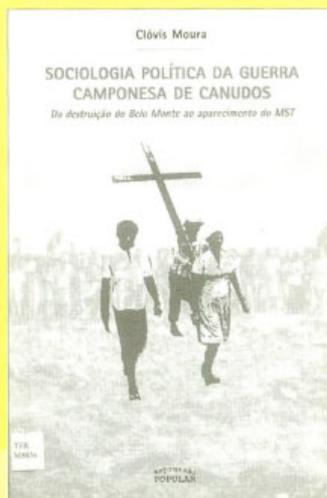
Antônia Rangel é mestre em história e integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Da Guerra de Canudos ao MST

A partir de um estudo mais detido sobre a Guerra de Canudos, o conceituado historiador Clóvis Moura nos apresenta, nesta obra, um rico relato das lutas camponesas no Brasil – até o surgimento, no passado recente, do MST. Como afirma no prefácio o jornalista Alípio Freire, editor da revista “*Sem Terra*”, no livro “o leitor encontrará os elos históricos que nos fazem entender a Guerra de Canudos e o MST, como parte de uma mesma cadeia de resistência ao monopólio da terra no país”.

Os dois primeiros capítulos são dedicados à heróica saga de Canudos. Com farta documentação, ele polemiza com escritores que viram nesta revolta um simples episódio do fanatismo religioso. Para Clóvis Moura, “Canudos é um dos movimentos sociais mais importantes da América do Sul e culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem e do Contestado. A guerra liderada por Antônio Conselheiro é o reflexo eloqüente e ao mesmo tempo incompleto das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais do nosso setor agrário”.

Na época, final do século passado, as elites dominantes tentaram caracterizar o líder do movimento como uma “pessoa exótica, louca, delinqüente ou dominada por complexos patológicos” – tanto que, após o genocídio, Antônio Conselheiro foi degolado e seu crânio enviado a Salvador para estudos antropológicos. Por outro lado, alguns estudiosos, inclusive do campo progressista, rebaixaram o papel do movimento, considerando-o uma expressão de banditismo social. Citando Marx e Engels e várias experiências de revoltas camponesas, Clóvis Moura contesta esta visão “eurocêntrica”.



**Sociologia política
da guerra camponesa
de Canudos.**

**Clóvis Moura, Editora
Expressão Popular,
São Paulo, 2000**

POR ALTAMIRO BORGES

Com base no levantamento da trajetória de Antônio Conselheiro, o autor afirma que quando ele fundou o arraial de Canudos (Belo Monte), já o fez com a intenção de enfrentar o latifúndio. “Desde 1874, quando pela primeira vez se tem notícias suas nas províncias da Bahia e Sergipe até a fundação do arraial, em 1893, passaram-se praticamente vinte anos. Durante esse período o peregrino foi preso, perseguido pelo clero e travou escaramuça com a polícia”. Daí a decisão de estabelecer uma base territorial para o seu movimento.

A área escolhida para construir a comunidade, no sertão da Bahia, tinha grande extensão de terra e estava distante das planícies, protegida por serras pedregosas. Era propícia para a resistência militar, já que Conselheiro dava como certa a eclosão de um conflito. “Correndo a notícia da fundação do arraial, logo para lá se dirigiram

peças de vários estados, todos procurando encontrar melhores perspectivas de vida. Grande massa de camponeses pobres, remediados e mesmo elementos de outras profissões para lá acorreram na ânsia de melhorar o futuro”. A maioria era de ex-escravos.

O rápido desenvolvimento da comunidade autônoma, inclusive no aspecto econômico, logo atizou o ódio das elites. “Desenvolvia-se uma economia comunitária e alternativa auto-suficiente bem superior nas suas relações sociais e na distribuição da sua produção àquela latifundiária baseada na exploração camponesa do resto da região. Para o latifúndio, Canudos era um exemplo desafiador e perigoso”. Todos os recursos foram acionados para derrotar os “canudenses”. O Exército patrocinou quatro expedições ao arraial, transformado numa fortaleza. Na quarta, com mais de 10 mil soldados e equipamentos sofisticados, os camponeses foram dizimados.

Nos dois capítulos seguintes, Clóvis Moura trata das outras experiências de luta contra o monopólio da terra no Brasil, que “inicia-se já antes da sua descoberta”, com o Tratado de Tordesilhas. Aborda desde a resistência das populações indígenas e da formação dos quilombos até os movimentos mais recentes, como o do “território livre de Formoso”, dirigido pelo Partido Comunista, e o das Ligas Camponesas. Numa visão militante, apaixonada, o autor conclui sua obra apostando no MST como a “fênix renascida” da luta pela verdadeira revolução agrária no Brasil.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

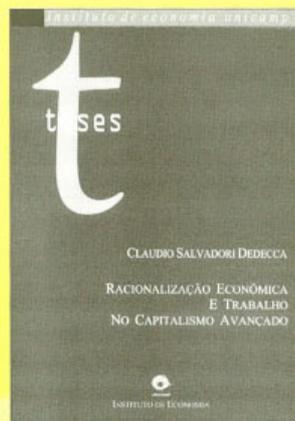
A irracionalidade liberal

Uma formidável conexão ecoa das palavras do gigante Karl Marx ao aduzir em Hegel que a história submeteria um simulacro de sua repetição a uma tragédia. Conexão (sinuosa) entre o olhar de Karl Polany sobre a devastação da grande depressão dos anos 30 deste século e, mesmo antes, na revolução industrial inglesa, a tritura de seus “moinhos satânicos” – grandes áreas do país desapareciam “sob montes de escória” –, e a marcha-à-ré liberal dos dias que correm. Emergirá – disse Polany – um verdadeiro abismo de degradação humana, em que auto-regulação era a história da inversão completa da tendência do desenvolvimento.

Há pouco, nas teorizações fraudulentas que buscavam justificar o desemprego, desde a crise capitalista dos 70, encontrava-se a excessiva regulação dos mercados e das relações de trabalho, associada às disfunções da qualificação da força de trabalho e dos sistemas de educação e formação profissional.

Foram vinte anos de desregulamentação com precarização social, comprova o estudo de Claudio Dedecca. Anos marcados indelevelmente pela crescente dificuldade da força de trabalho jovem, educada e, principalmente, feminina de se inserir no mercado de trabalho do capitalismo avançado; desemprego que, além de aberto, complexificava-se na mistura perversa da inatividade, da longa duração, do desalento e da sub-utilização do trabalho.

Degradação acelerada, interpretada pelo autor como produto da combinação da difusão de políticas liberais da era Thatcher/Reagan e da desregulamentação dos sistemas de relações de trabalho. Questão, esta última, consistentemente por ele debatida através dos principais



**Racionalização
econômica e
trabalho no
capitalismo
avançado.**

**Claudio Salvadori
Dedecca,
Editora Unicamp,
São Paulo, 1999**

POR SÉRGIO BARROSO

teóricos contemporâneos: do renomado John Dunlop, à corrente “contratualista”, de T. Kochan e H. Katz.

Com efeito, Dunlop – liberal de estirpe similar à de Polany – define o sistema de relação do trabalho como um sub-sistema regulador de conflitos, ideologicamente montado para a estabilidade e o crescimento capitalistas. Kochan & Katz partem das experiências norte-americana e japonesa, não considerando haver “enrijecimento”, mas “envelhecimento” dos sistemas de relação do trabalho; mas afirmam a compatibilidade entre negociação coletiva e flexibilidade produtiva.

Para Dedecca, há tradição de minoritariedade das negociações coletivas nos EUA, bem como ali domina a relação não-sindicalizada entre empresa/trabalhadores. Na seqüência, ele procede a um acurado exame da “fragmentação” dos sistemas de relação do trabalho

na França e Itália, concentrando-se nas mudanças ocorridas: a) classificação das ocupações; b) determinação dos salários nominais; c) modulação da jornada de trabalho. O que faz, na conclusão deste denso capítulo, o autor assegurar ter havido mais que uma desestruturação das relações do trabalho nacionais. Produziu-se, na década de 80, “o rompimento da regulação social construída nas sociedades capitalistas industrializadas, ao longo deste século”.

Como o leitor (algo mais fuçador de livros) deve ter sentido, esse tipo de enfoque “cheira” à badalada “Escola da Regulação”. Todavia, é aparência, pois, onde Aglietta, por exemplo, enxergara, na queda nos salários reais, no final dos 60, “o princípio da crise orgânica do fordismo” – o que levou, por outras vias, às teses do enrijecimento do custo do trabalho –, Dedecca localiza na financeirização do capital industrial, na crescente instabilidade econômica, nas estratégias de valorização do capital e na racionalização produtiva a convergência objetivada em maior flexibilidade de capital e trabalho, para a redução máxima de custos.

Assim, articulando a incursão do “novo” estatuto macroeconômico e expondo ampla radiografia das mudanças microeconômicas, o livro apresenta ainda uma excelente visão da formação e involução do sistema de relações do trabalho (EUA, Alemanha, Japão, Suécia, Reino Unido, França e Itália) – no fim do século sob cerrado ataque da “repetição” histórica de “moinhos satânicos” da era liberal. O livro de Dedecca golpeia fundo o aparato discursivo hegemônico.

Sérgio Barroso é membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)



As intenções do cinema

MANOEL RANGEL

É comum ir ao cinema por entretenimento. Se nos propicia algo mais – reflexão, poesia ou a abertura para fenômenos com os quais estamos pouco familiarizados –, tanto melhor. Desde que não comprometa a razão principal pela qual saímos de casa e optamos por esta forma de diversão.

Cinema é entretenimento sim, mas pode ser mais. Entre as artes é o melhor sismógrafo que se pode ter, sinalizando os dilemas de uma época, transpirando elementos da cultura de um povo, constituindo indicadores de entendimento de uma nação, mesmo quando não faz

parte do projeto do diretor do filme, ou do seu produtor, pô-las em alto relevo.

A compreensão dessa dimensão cultural/política do cinema é tão aguda que a atividade foi tratada desde cedo como questão de Estado nos EUA, na URSS e durante o governo Vargas e o regime militar, no Brasil. Percebeu-se sua condição de ferramenta estratégica, ao ponto de um presidente americano afirmar: “Onde chegam nossos filmes, chegam nossos produtos, nosso modo de vida, nossos valores”.

É assim que vejo cinema, é assim que pretendo comenta-lo aqui. Abaixo duas escolhas já disponíveis em vídeo. Os dois filmes, não por acaso, brasileiros.

CRONICAMENTE INVIÁVEL (SÉRGIO BIANCHI, 2000)

É o mais ferino dos filmes brasileiros lançado nos últimos dez anos. Realizado como se fosse um documentário sobre as idéias e costumes do Brasil, ele apóia-se na construção de tipos e cenas que ilustram um certo modo de agir e de pensar das elites brasileiras. Saltando por vários pontos do país,

as situações construídas têm a intenção de agredir o espectador, como único meio de despertá-lo do torpor e convidá-lo a refletir sobre a nação e seus equívocos. Apesar de amargo e sem perspectivas, é um depoimento sincero e ilustrativo do que vai na alma de muita gente boa nesse país.

ELES NÃO USAM BLACK-TIE (LEON HIRSZMAN, 1981)

Leon Hirszman produziu *Black-Tie* logo após ter acompanhado as greves do ABC em 78/80, do qual resultou outro filme, o “*ABC da greve*”. Atualização da peça de Gianfrancesco Guarnieri, o filme acompanha uma família operária durante a preparação e a eclosão de uma greve. Otávio, o pai, é um operário consciente; Tião, o filho, torna-se um fura greve. Ao redor deles, outros operários vivem as várias facetas do drama: o dilema

sobre os rumos do movimento, a repressão policial, o entrelaçamento entre a vida doméstica e o trabalho. Em *Black-Tie* a questão central é a oposição entre projeto coletivo e individual. É obra de dois artistas comprometidos com o seu tempo, Leon e Guarnieri, que nunca abandonaram a perspectiva da transformação.

Manoel Rangel é cineasta e diretor adjunto da revista de cinema “Sinopse”. Correio eletrônico: rangneto@usp.br

INTERNET

A rede do trabalho



GIOVANNI ALVES

A Internet tem contribuído para a disseminação de um internacionalismo contestador da exploração e da exclusão intrínsecas à ordem do capital. Por exemplo, ela tem sido utilizada pelos zapatistas no México para romper o cerco da mídia dominante, além de ter servido como importante recurso na resistência popular à implantação do AMI (Acordo Multilateral sobre Investimentos) e na organização de protestos massivos contra o Banco Mundial, a OMC e o FMI.

Além disso, ela tem sido utilizada para a troca de informações, divulgação e organização da luta de trabalhadores assalariados em vários países capitalistas. É importante que os sindicatos classistas percebam as possibilidades concretas abertas pela Internet para a luta dos trabalhadores.

Procuraremos apresentar algumas sugestões de *sites* na Internet que merecem ser acessados por sindicalistas e intelectuais socialistas.

MOVIMENTO SINDICAL

www.sindicato.com

Divulga acordos, artigos, imprensa sindical, além de possuir mural, chat, lojinha virtual e lista de discussão sobre sindicalismo no Brasil.

PROJETO “NÚCLEO DE ESTUDOS DA GLOBALIZAÇÃO”

<http://globalization.cjb.net>

Um dos mais completos *sites* sobre “globalização” numa perspectiva crítica. Em português.

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília. Correio eletrônico: giovanni@marilia.unesp.br

INFORMAÇÕES ATUALIZADAS

A revista *Debate Sindical* é, sem nenhum favor, a melhor publicação nacional sobre sindicalismo. Repleta de informações atualizadas, centrada no Brasil sem ser provinciana, rica em análises e aberta à polêmica, a revista mobiliza dezenas de sindicalistas, intelectuais e dirigentes de partidos e movimentos populares que participam ativamente da sua produção. *Debate Sindical* é, de fato, uma publicação especializada em sindicalismo. Suas informações, análises e debates destacam a situação dos trabalhadores assalariados no Brasil e no exterior, a organização e a luta sindical desses trabalhadores, suas conquistas e dificuldades atuais. Essa especialização não a leva, contudo, a um enfoque estreito, pois *Debate Sindical* vincula, com propriedade, o movimento sindical reivindicativo dos trabalhadores à sua luta mais geral contra o neoliberalismo e pelo socialismo.

Armando Boito Jr.
Professor de ciência política na
Unicamp/SP

A *Debate Sindical* tem contribuído para uma melhor compreensão dos problemas que afetam a ação sindical e a vida dos trabalhadores. Encontramos ali uma rica síntese das visões sobre as perspectivas do sindicalismo e do país.

Antonio Prado
Técnico do Dieese e professor
de economia na PUC/SP

AMPLIAR A CIRCULAÇÃO

Em primeiro lugar, a revista tem melhorado substancialmente, tanto no aspecto gráfico como de conteúdo. Parabéns pelo trabalho. Sempre que posso, indico a revista para colegas. Com o retorno das atividades na UNESP vou sugerir que a Biblioteca do Campus assine a *Debate Sindical*. Acho que é uma revista ímpar, sem similar no Brasil (ou na América Latina?). O que precisa é haver uma campanha mais ousada de divulgação e distribuição. Conte comigo.

Giovanni Alves
Professor de sociologia da Unesp-
Marília/SP

A *Debate Sindical* está de parabéns. Melhora a cada edição em termos de conteúdo e graficamente falando, o que não é pouco relevante. Vamos trabalhar para que circule cada vez mais amplamente. Autores com o Pochmann, Antunes, Giannotti, Mattoso, Belluzzo, Buonicore, entre outros, bastante referenciados em textos acadêmicos, garantem credibilidade à publicação. Associada à participação de líderes sindicais e populares, como Lula, Stédile, Pascoal, Nivaldo e outros, permite amplas condições para atingir uma escala que viabilize economicamente a revista”.

Nilton Vasconcelos
Professor e doutorando em
administração pública na UFBA

As últimas décadas foram de profundas mudanças no sindicalismo e no mundo trabalho. A luta sindical também sentiu as conseqüências destas transformações, o que vêm exigindo uma reflexão e uma prática capazes de enfrentar, pela esquerda, os enormes desafios que se colocam ao mundo do trabalho. As novas lutas sociais são exemplo da nova fase que se abre na luta dos trabalhadores. Aqui reside a importante contribuição que vem dando a *Debate Sindical*: continuar sendo um espaço de reflexão, mantendo seu perfil de esquerda, embora (necessariamente) plural em seu desenho e no conjunto de seus colaboradores. Os debates e discussões, presentes no interior de suas páginas, em muito contribuem para o avanço da luta sindical. Por isso, apoiamos e recomendamos.

Ricardo Antunes
Professor de sociologia na Unicamp/SP

INSTRUMENTO AFIADO

A revista *Debate Sindical* é um instrumento afiado na luta contra a exploração capitalista. Está a serviço da emancipação dos trabalhadores. Com a profundidade e amplitude de seus artigos,

ganhou credibilidade entre as várias correntes que atuam no sindicalismo e conquistou respeito também entre a intelectualidade progressista do país. Todo o militante consciente, engajado na luta por um Brasil socialista, precisa ler a *Debate Sindical*.

Renato Rabelo
Vice-presidente nacional
do PCdoB

A grande arma das elites que dirigem (e desgraçam) o país é a mídia. Tendo o monopólio dos meios de comunicação, elas encerram o debate político no círculo de ferro da lógica neoliberal. É nesse contexto que precisa ser avaliada a importância de uma revista como *Debate Sindical*. Nela são discutidos, de forma séria e objetiva, os temas que realmente interessam ao povo brasileiro.

Plínio de Arruda Sampaio
Dirigente nacional do PT e editor do
jornal “Correio da Cidadania”

Está comprovado que a imprensa é o quarto poder. Se quisermos de fato conquistá-lo, torna-se fundamental o fortalecimento dos meios de comunicação como este, que analisam, discutem e projetam as questões de interesse do trabalhador e da sociedade como um todo. Assinar a *Debate Sindical* é investir de forma moderna em nós mesmos. É construir a proposta solidária, justa, igualitária e libertária que todos nós sonhamos. Vida longa à revista *Debate Sindical*!

Deputado federal Paulo Paim (PT/RS)

CARTAS

Essa seção está aberta à contribuição dos leitores da *Debate Sindical*. As opiniões, críticas e sugestões podem ser enviadas por correio, fax (0XX11/289-1496) ou correio eletrônico (ces@ces.org.br). Solicita-se que os textos sejam concisos e contenham nome completo e endereço do autor. Por uma questão de espaço, a revista reserva-se o direito de publicar trechos das cartas.

HÉLIO BICUDO

A ausência do poder público e o aumento da violência

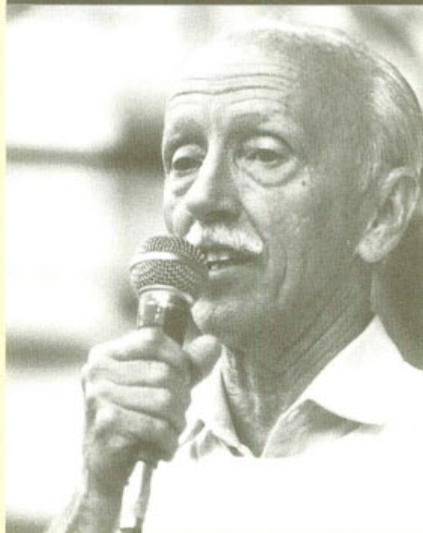
O Banco Mundial, num de seus últimos relatórios anuais, afirmou que o aumento da miséria é também uma das conseqüências da ideologia da globalização que está sendo imposta pelos países ricos aos países do Terceiro Mundo, provocando uma distorção incompatível com a adoção de uma política abrangente para o desenvolvimento humano, que deve ser prioridade, sobretudo, nos países mais pobres.

A partir desse diagnóstico, não se chega, porém, a um plano capaz de inverter essa equação perversa. Assim, enquanto não se tem uma política econômica, que não pode perder sua base social, que permita maior equilíbrio entre ricos e pobres, os ricos vão se tornando cada vez mais ricos e os pobres, miseráveis.

FORMAS DE VIOLÊNCIA

É dentro desse quadro que crescem os índices de violência, os quais não se qualificam apenas pela eliminação física de pessoas, mas que se qualificam nos baixos níveis alimentares e educacionais e pelo difícil acesso ao trabalho e à Justiça.

A verdade é que as nossas crianças não se alimentam adequadamente e são presas fáceis de explorações, as mais diversificadas, desde o ingresso no mercado de trabalho antes mesmo de completarem 16 anos, como dispõe a Constituição Federal (artigo 7º, inciso XXXIII), até à prostituição, passando pelo



Ideologia da globalização gera miséria e estimula a criminalidade

consumo e pelo tráfico de drogas.

Dessa maneira, elas não irão suportar qualquer esforço objetivo para que alcancem patamares aceitáveis ao seu desenvolvimento físico e psíquico. Em realidade, não irão suportar qualquer esforço no objetivo de educá-las. Daí o abandono prematuro da escola, a apontar, nas ruas, sua sujeição e participação na violência que nelas campeia. Subnutridas, sem ter o que comer, apelam para os sucedâneos: a cola e o crack. Recolhidas pelos órgãos públicos de contenção, irão participar do submundo das chamadas instituições de internação de menores.

DESCASO PELO SOCIAL

O quadro que a cidade de São Paulo desvenda, a propósito da questão, é verdadeiramente tenebroso. O Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não saiu das

prateleiras de nossos governantes, sendo mínima, a esse propósito, a participação popular no equacionamento do problema.

O poder público permitiu que o problema se agravasse a tal ponto que perdeu quaisquer opções válidas para seu enfrentamento. Ele se limita ao lugar comum da construção ou adaptação de presídios, no interior dos quais as crianças, em situação de risco ou de infração legal, permanecerão desconhecidas do público, sujeitando-se à corrupção e ao desmando.

Para não sair, nessa tormentosa problemática do desenvolvimento social, de um exame sucinto da situação da nossa infância e juventude, que mais de perto sofrem com as pressões sociais que as excluem da vida na sociedade, convém ponderar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerada uma lei de primeiro mundo, não está sendo aplicada. Com isso, perde-se o principal instrumento para a implementação de uma política que objetive um novo modelo de atendimento educacional.

O município de São Paulo, com uma população de cerca de dez milhões de habitantes, conta apenas com vinte conselhos tutelares, desativados pela incúria das administrações Paulo Maluf e Celso Pita, e que funcionam precariamente, diante da ausência absoluta de meios e de infra-estrutura.

Com esse descaso pela questão social, o colchão de qualquer reforma que proporcione desenvolvimento ao povo, na linha de sua libertação, proporcionando saúde, educação e trabalho, não chegaremos a construir aquilo que todos desejamos, que é uma cidade que privilegie a vida no seu mais alto sentido, ou seja, a vida em abundância.

Hélio Pereira Bicudo é advogado, ex-promotor de Justiça, presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e candidato a vice-prefeito de São Paulo



Assine *Princípios*

*A revista que há mais de 19 anos se mantém na defesa do Brasil e do socialismo.
Combata você também esta onda excludente e injusta do neoliberalismo.
Assine hoje mesmo e receba a revista em sua casa.*

- | | |
|---|-----------|
| <input type="checkbox"/> Revista <i>Princípios</i> (4 edições) | R\$ 30,00 |
| <input type="checkbox"/> Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) | R\$ 45,00 |
| <input type="checkbox"/> Assinatura promocional (com o vídeo <i>Outros 500</i>) | R\$ 40,00 |

Nome _____
 Endereço _____
 Bairro _____ CEP _____
 Cidade _____ Estado _____
 Fone _____ Profissão _____ e-mail _____

Edições anteriores disponíveis: 17, 18, 22 a 30, 35 a 46, 49 a 56

Forma de pagamento:

- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Cheque nominal a Editora e Livraria Anita Ltda. Valor R\$ _____ |
| <input type="checkbox"/> Depósito em conta. Banco Itaú, agência 0251, c/c 48.678-3 (enviar comprovante) |
| <input type="checkbox"/> Cartão Credicard ou Visa n.º _____ validade ____/____/____ |

Rua Monsenhor Passalacqua, 158 – Bela Vista
 CEP 01323-010 São Paulo/SP
 Fone (11) 289-1331 e-mail livraria@anitagaribaldi.com.br



Faça a assinatura da revista **Debate Sindical** e concorra a uma viagem a Cuba

Assine a "Debate Sindical" e concorra a uma viagem a Cuba com tudo pago (passagem aérea, traslado e hotel com meia pensão). Não deixe de participar desta promoção! O sorteio ocorrerá em 20 de outubro, na festa de 15 anos do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Valor da assinatura R\$ 30,00 (quatro edições).

Ligue já para: (0xx11) 289-1496

Página na Internet: <http://www.ces.org.br>

Correio eletrônico: ces@ces.org.br